



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

Faculdade de Ciências Sociais

Departamento de Relações Internacionais

Matheus Cervera Faria – RA00217495

**Organização Para Cooperação de Xangai e a Construção da Multipolaridade  
pela China**

SÃO PAULO

2022

Matheus Cervera Faria

**Oganização para Cooperação de Xangai e a Construção da Multipolaridade  
pela China**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Relações  
Internacionais da Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo (PUC-SP), como  
exigência parcial para a obtenção do título  
de Bacharel em Relações Internacionais.  
Orientadora: Prof. Dr. David Magalhães

SÃO PAULO  
2022

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Aymar e Solange, que sempre me apoiaram e que me ensinaram o valor da educação e a importância de lutar por um mundo melhor.

Aos meus tios, Silvia e Gilberto, e meus primos, Sofia e Daniel, que me auxiliaram em momentos difíceis e possibilitaram que eu seguisse meu caminho.

A minha companheira, Mariana, que sempre esteve ao meu lado e com quem divido a vida; e a toda minha família, em especial minha irmã, Carolina, com quem sempre pude contar.

Aos meus amigos, que tornaram inesquecíveis os últimos quatro anos e com os quais pude aproveitar alguns dos momentos mais felizes de minha vida.

Aos meus professores, em especial ao meu orientador David Magalhães, que me guiou na produção deste trabalho e me apresentou soluções fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

E a todos que direta ou indiretamente fazem parte da minha trajetória na Pontifícia.

Presente, passado e futuro? Tolice. Não existem. A vida é uma ponte interminável. Vai-se construindo e destruindo. O que vai ficando para trás com o passado é a morte. O que está vivo vai adiante. (RIBEIRO, Darcy)

## RESUMO

A concentração de poder por um ou mais atores do sistema internacional e as alterações na natureza polar da ordem global sempre constituíram temas centrais para o campo de estudo das Relações Internacionais. Esse debate ganha novos contornos no início do Século XXI: com a ascensão econômica da Ásia, das Potências Emergentes e, especialmente, da China, emerge-se uma ordem global multipolar. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é compreender as características que marcam essa ordem multipolar, bem como a atuação da Política Externa Chinesa em favor desse ordenamento ao longo dos anos. Para se aprofundar nesses fenômenos, se observará de, de forma mais específica, a Organização para Cooperação de Xangai, instituição fundamental para os interesses de Pequim na Ásia.

Aqui, passamos por amplas bibliografias que tratam das transformações da ordem global, da Política Externa da China e da Organização para a Cooperação de Xangai, a partir de pontos de vista teóricos e históricos. Como resultado, tem-se uma análise do papel da OCX na construção de um mundo multipolar pela China.

**Palavras-chave:** Ordem Global. Multipolaridade. Política Externa Chinesa. Xi Jinping. Organização para Cooperação de Xangai.

## **ABSTRACT**

The concentration of power by one or more actors in the international system and changes in the polar nature of the global order have always been central themes for the field of study of International Affairs. This debate takes on new contours at the beginning of the 21st century with the economic rise of Asia and the Emerging Powers. From China, especially, a multipolar global order emerges. In this context, the objective of this work is to understand the characteristics that mark this multipolar order, as well as the performance of Chinese Foreign Policy in favor of this order over the years. To go deeper into these phenomena, we will look more specifically at the Shanghai Cooperation Organization, a fundamental institution for Beijing's interests in Asia.

We will navigate among diverse bibliographies that focus on global order transformation, China's Foreign policies and Shanghai Cooperation Organization, starting from theoretical and historical points of view. As a result, an analysis of the SCO role in the development of a multipolar world by China.

**Keywords:** Global Order. Multipolarity. Chinese Foreign Policy. Xi Jinping. Shanghai Cooperation Organization.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA	Estados Unidos da América
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
ONU	Organização das Nações Unidas
FMI	Fundo Monetário Internacional
BM	Banco Mundial
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
P.E	Política Externa
P.E.C	Política Externa Chinesa

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	9
2.	UNIPOLARIDADE, BIPOLARIDADE E MULTIPOLARIDADE: TRANSFORMAÇÕES DA ORDEM GLOBAL.....	10
	2.1. Guerra Fria e a Ordem Bipolar.....	11
	2.2. Unipolaridade e Hegemonia Estadunidense.....	15
	2.3. Multipolaridade no Mundo Pós-Occidental.....	18
3.	POLÍTICA EXTERNA CHINESA: BASES HISTÓRICAS E A EXPRESSÕES NO SÉCULO XXI.....	26
	3.1. Política Externa Chinesa no Período Hu Jintao.....	29
	3.2. Política Externa Chinesa no Período Xi Jinping.....	31
	3.3. A China com Xi Jinping e as Instituições Internacionais.....	34
4.	ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI.....	37
	4.1. Novas Dinâmicas de Segurança na Ásia.....	39
	4.2. O Princípio da Não Intervenção.....	42
	4.3. Objetivos de Pequim na Organização para Cooperação de Xangai.....	44
	4.4. OCX em Dois Momentos.....	47
	4.5. Disputas Internas da Organização.....	49
	4.6. O Futuro da OCX.....	51
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
6.	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	55



## 1. Introdução

Os debates sobre hegemonia e acerca das dinâmicas de poder global sempre estiveram no centro dos estudos das Relações Internacionais, desde a concretização desse campo de estudo, ao fim da 2ª Guerra Mundial. Isso se deve ao fato de que a natureza da ordem global em cada período histórico impacta diretamente o comportamento dos diferentes Estados nacionais, de forma a definir a maneira com que atuam no sistema internacional e as relações que estabelecem, ou seja, mudanças nas estruturas de poder global afetam diretamente todos os agentes do sistema.

Embora a preponderância de uma ou mais nações sobre seus pares possa ser encontrada em diversos momentos da história das civilizações, são os exemplos mais recentes que melhor colaboram para a compreensão das ideias de unipolaridade, bipolaridade e multipolaridade do sistema internacional. Para fins analíticos, serão trabalhados no presente texto três períodos históricos distintos e o ordenamento internacional de poder característico de cada um deles. Serão esses períodos: a Guerra Fria (1947 - 1991), o pós - Guerra Fria (1991 - 2000) e as duas primeiras décadas do Século XXI (2000 - 2020), que se entende aqui como período pós - Ocidental.

São escolhidos esses referidos momentos históricos pois, com o fim da Segunda Grande Guerra, o mundo se viu dividido em dois polos de poder e influência, um liderado pelos Estados Unidos da América e outro pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, constituindo assim uma Ordem Global Bipolar. Posteriormente, com a queda da União Soviética e a vitória, ao menos simbólica, dos EUA, iniciou-se um período de hegemonia estadunidense, marcado pela ausência de nações suficientemente capazes de competir de forma simétrica com os norte-americanos, compreendida por muitos analistas como uma ordem global unipolar. Porém, com o acelerado e intenso crescimento da China, principalmente após os anos 2000, bem como de outras potências emergentes em menor grau, o que se vê emergir, de acordo com grande parte da análise especializada, é uma ordem global multipolar na qual os EUA e a China representam atores centrais do sistema. Ademais, outras potências regionais como a Rússia, Índia e Brasil, por exemplo, passam a concentrar maior

poder e autonomia, tornando-se atores de grande relevância nas dinâmicas de poder global.

Nesse sistema multipolar defendido pela Política Externa da China, como se verá adiante, a cooperação e o estabelecimento de novas relações entre os atores tornam-se condições *sine qua non* para o desenvolvimento econômico e para a construção de posições de liderança. Nesse contexto, novas instituições internacionais e regionais se apresentam como ambientes de negociação e cooperação entre os atores que, muitas vezes, possuem interesses rivais, constituindo uma institucionalidade paralela às instituições tradicionais, como as ligadas ao sistema ONU e as oriundas dos acordos de Bretton Woods, historicamente marcadas pela influência de Washington e por estruturas liberais.

A Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) – objeto de análise específico do capítulo 3 – instituída em 2001 sob a liderança da China, se insere nessa lógica de multipolarização e constitui uma das principais iniciativas do país no sentido da construção de uma ordem institucional paralela, mais aberta à liderança de Pequim e participação de atores não ocidentais.

O presente trabalho irá debater, a partir da análise qualitativa da literatura especializada, o processo de multipolarização da ordem global no século XXI – no Capítulo 1 – e a atuação e da Política Externa da China em favor desse processo – no Capítulo 2. Como exemplo dessa atuação, se analisará também, de forma mais específica, o caso da Organização para a Cooperação de Xangai – no Capítulo 3.<sup>o</sup> – e seu papel no processo de multipolarização e institucionalização paralela da segurança na Ásia. Portanto, essa pesquisa tem como objetivo entender como a Política Externa da China atua na Organização para a Cooperação de Xangai para a construção de um mundo multipolar.

## **2. Unipolaridade, Bipolaridade e Multipolaridade: transformações da Ordem Global**

No início da década de 1990, com a dissolução da União Soviética, seria difícil imaginar que, em cerca de 20 anos, a China se tornaria uma das principais potências

do planeta. Dados levantados pela *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) apontam que a partir da década de 1970, após a abertura econômica promovida por Deng Xiaoping, a China observou um crescimento de seu PIB de 9.000%, passando de 150 bilhões de dólares em 1978 para uma cifra de 12,2 trilhões em 2018, período extremamente curto para tamanho crescimento econômico. Esse sucesso elevou o país ao posto de 2ª maior economia global, com previsão de que em breve se torne a primeira, colocando em xeque, assim, a ordem global preponderante desde o fim da Guerra Fria.

Entende-se por Ordem Global a configuração das relações de poder entre os Estados no mundo, o que se altera de acordo com a concentração de poder por uma ou mais nações e pela capacidade dessas em influenciar a política mundial e liderar o sistema. Essa Ordem Global pode ser de caráter Unipolar, caracterizada pela preponderância de uma só grande potência sobre o sistema internacional; Bipolar, que se define pelo domínio de duas potências opositoras que disputam a influência sobre os demais países; e de caráter Multipolar, quando há no sistema um maior número de potências, mundiais ou regionais, que dividem entre si o poder e a capacidade de influência, de forma que, estando esse poder menos concentrado, crie-se um ambiente com maior necessidade de negociação entre os agentes.

No presente capítulo, buscar-se-á compreender de forma mais aprofundada os momentos históricos – pós Segunda Guerra – nos quais se observou a Unipolaridade e a Bipolaridade, bem como as principais características desses ordenamentos. Ademais, se discutirá o surgimento da Multipolaridade no Século XXI, marcado pela ascensão de potências emergentes, em especial da China, e as principais características dessa configuração.

## **2.1. Guerra Fria e a Ordem Bipolar**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, encerra-se também o que o professor da Universidade de Brasília, José Flávio Sombra Saraiva (2001), denominou de a “hegemonia coletiva da Europa sobre as Relações Internacionais” (Ibidem, p. 20). Isso significa que os prejuízos materiais e sociais sofridos durante a Guerra pelas

potências europeias localizadas no epicentro do conflito, como Reino Unido e França, alteram a configuração de poder da ordem internacional pré-Guerra. Assim, com a perda da hegemonia pelas nações europeias, surge uma ordem internacional bipolar, protagonizada e dividida por Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Essa ordem bipolar dividiu o mundo em duas esferas de influência: uma liderada pelos EUA, marcada pela primazia do sistema econômico capitalista e da democracia liberal, e outra encabeçada pela URSS, com a predileção ao sistema socialista e às formas de governança soviética. Esses dois centros opostos do sistema internacional travaram dura oposição entre si durante quase 50 anos, competindo em termos políticos, econômicos, militares e tecnológicos, mas sem entrarem em conflito direto. Esse período, marcado por tensões bipolares e embates indiretos, se denominou Guerra Fria.

A bipolaridade da Guerra Fria não afetou apenas os dois Estados polares do sistema, mas também a maneira como os demais países se comportavam nesse ambiente dividido. EUA e URSS passaram a disputar a influência sobre outros Estados a partir de uma lógica exclusivista, isto é, esses países precisavam escolher a qual dos dois blocos – socialista ou capitalista – se filiar. Nos EUA, essa bipolaridade se traduziu na política da Doutrina Truman, fundada em 1947, que consistia em um conjunto de práticas para frear os avanços da URSS e garantir a influência de Washington.

Institui o presidente (Truman) que todas as nações teriam de enfrentar uma escolha fundamental entre duas formas de vida. A primeira, aquela que primava sobre instituições livres e governos representativos. A segunda, a sustentada na vontade da minoria sobre a maioria. (SARAIVA, 2001, p. 23).

Para além da Doutrina Truman, que buscava a fidelização ideológica de aliados contra o bloco soviético, Washington atuou em diversos campos para garantir sua superioridade no plano internacional e para limitar o poder e influência soviéticos no mundo. Alguns exemplos dessa atuação são: o Plano Marshall, no campo econômico,

para a reconstrução de países aliados afetados pela Segunda Guerra; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no campo militar, uma aliança de defesa mútua entre os Estados-membros contra ameaças estrangeiras, baseada na capacidade nuclear norte-americana; os acordos de Bretton Woods, nos campos monetário e financeiro, que fundaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, além de definirem o padrão dólar-ouro, medidas que davam aos EUA uma posição central no sistema econômico mundial e uma capacidade inédita de gerência de diversos assuntos, inclusive militares.

A formulação de doutrinas políticas para a contenção dos soviéticos na esfera global, os planos econômicos de reconstrução das áreas atingidas pela guerra mundial e consideradas vulneráveis à influência soviética, assim como a constituição de uma grande aliança militar ocidental, foram, assim, partes constitutivas de um único objetivo dos Estados Unidos. Liderando um dos lados do condomínio, a superpotência ocidental procurava assenhorear-se de mais espaços econômicos, políticos e ideológicos no cenário internacional do pós-guerra. (SARAIVA, p. 22).

Do outro lado desse sistema bipolar, a URSS, mais fragilizada que os EUA no imediato pós-Guerra, demorou alguns anos para se concretizar enquanto potência do polo oposto ao mundo capitalista ocidental. Porém, os avanços de Washington acima citados somados à implementação da Doutrina Truman, foram compreendidos pelo Kremlin como uma dupla ameaça, que fortalecia forças anti-comunistas na Europa e difundia a presença militar norte-americana na região.

Em resposta a esse fortalecimento das iniciativas anti-soviéticas, Moscou aumentou seu efetivo militar, de forma que, no início dos anos 1950, já possuía o dobro de homens que em relação ao início da Segunda Guerra (Ibidem, p. 27). Ademais, os soviéticos aceleraram seus projetos de desenvolvimento da bomba atômica, alcançando o poder atômico em 1949 e o status de potência nuclear. Por fim, dentre as principais ações da URSS no contexto da bipolaridade, está o processo chamado de sovietação da Europa Oriental, que se concretiza com a assinatura do

Pacto de Varsóvia, um pacto militar entre URSS e seus aliados que definia o compromisso de defesa mútua entre os membros e os colocava sob a proteção nuclear soviética.

A Europa do Leste constituiu-se no palco inicial da demonstração soviética da sua capacidade de influenciar e intervir. (...) Stalin aderiu, portanto, à teoria dos dois gigantes em concurso para definirem seus espaços no condomínio internacional. A Europa Oriental era, por esta concepção, parte do império soviético. (SARAIVA, 2001, p. 28).

Dentro do debate especializado das Relações Internacionais, existem críticas ao conceito de “bipolaridade” como sendo explicativo do período conhecido como Guerra Fria. O pesquisador da Universidade de Brasília, Luiz Fernando Castelo Branco Rebello Horta (2013), sobre a origem Realista do conceito de “bipolaridade”, afirma que “Tanto Hans Morgenthau como Kenneth Waltz procuram explicar a política internacional pós 1945 fazendo com que o conceito de bipolaridade fosse concebido com o claro propósito analítico para o período mencionado.” (HORTA, L. F. C. B. R., 2013, p. 11). Já o cientista político italiano Giovanni Sartori (1970) questiona a validade do conceito por sua indefinição e generalização universalista: “É fácil de inferir que alongamentos conceituais podem produzir indefinições e que quanto mais nos inclinamos a universalidades conceituais, mais tênue a ligação com evidências empíricas.” (Ibidem, p. 1035, tradução nossa).

Apesar das válidas críticas à origem metodológica do conceito de “bipolaridade” como explicativo da Guerra Fria, o termo é amplamente instrumentalizado para compreensão do período, especialmente no debate acadêmico. O britânico Gordon Barrass (2009) (apud HORTA, 2013, p. 13) argumenta, por exemplo, que a Guerra Fria se tornou um “modo de vida” nos EUA e URSS, enquanto o professor Raimo Väyrynen (1995) (apud HORTA, 2013, p. 13) afirma que, para as duas potências polares do sistema, a Guerra Fria foi um enorme projeto econômico nacional para extrair e mobilizar recursos para a competição bipolar gerenciada”.

## 2.2. Unipolaridade e Hegemonia Estadunidense

Após quase quatro décadas de bipolaridade da Ordem Internacional, período denominado de Guerra Fria, o final do Século XX foi marcado pelo colapso da URSS e uma conseqüente ascensão dos EUA à posição de única superpotência mundial, constituindo então, uma ordem internacional unipolar. Esta seção busca compreender os motivos possíveis do colapso soviético e do fim da Ordem Bipolar, bem como discutir o conceito de unipolaridade, sua aplicabilidade ao momento histórico do pós - Guerra Fria e suas características centrais.

É difícil apontar, de forma absoluta, os motivos exatos que levaram ao colapso da União Soviética em 1991, visto que o fato foi produto de diversos processos históricos, políticos e econômicos que se somaram e se arrastaram por décadas. No entanto, o momento mais crítico para Moscou, que culminaria na dissolução da URSS, tem início no começo da década de 1980 com o final do período ficou conhecido como Détente, que se instaura após a Crise dos Mísseis em 1962, e é caracterizado pelo relaxamento da tensão bipolar entre URSS e EUA.

Os autores Samuel Correia Duarte e Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo (2017) atribuem o fim da Détente a eleição do republicano Ronald Reagan em 1981: “direita americana conseguiu se recuperar e impulsionou novamente uma reação conservadora, naquele momento, plenamente recuperada do trauma gerado pela desonrosa perda militar no Vietnã. (...) a nova elite dirigente (dos EUA) elaborou uma nova Guerra Fria” (DUARTE e FIGUEIREDO, 2017, p. 184). Tal acirramento das tensões soviético-americanas foi, segundo o diplomata brasileiro Paulo Roberto de Almeida, o principal fator que culminou na dissolução do bloco socialista:

A agonia final do modo de produção socialista teve início quando a superpotência americana adotou o programa armamentista conhecido como “Guerra nas Estrelas”, forçando a superpotência soviética a tentar reproduzir o “keynesianismo militar” da administração Reagan, numa corrida tecnológica e militar que, a seu termo, se revelará custosa demais para a União Soviética. (ALMEIDA, 2001, p. 94).

Além do fim da Détente e o início de uma nova corrida técnico-armamentista entre URSS e EUA, outros fatores de ordem econômica e política convergiram para a derrocada do regime em 1991.

Ainda havia a economia totalmente voltada para planos quinquenais defasados, muito mais focados nos insumos primários e extrativistas, que afundava em passos céleres ao caos econômico. Porém, com a tentativa de mudanças, são editadas a Perestroika, como reestruturação, e a Glasnost, como transparência. No entanto, ambas não conseguiram acompanhar o compasso, pois nenhuma das duas deu o resultado esperado. (DUARTE e FIGUEIREDO, 2017, p. 184).

Quaisquer que sejam os motivos que levaram ao colapso soviético, é fato que o fim do bloco alterou por completo o balanceamento do poder no plano internacional, colocando fim a ordem bipolar da Guerra Fria e possibilitando que os EUA alcançassem uma posição de absoluta preponderância, em termos econômicos e militares. Há, no debate acadêmico, divergências quanto à validade do conceito de Unipolaridade para se referir à ordem internacional do pós - Guerra Fria. O português Nuno Monteiro, coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, afirma que após o fim da Guerra “os EUA evidenciam uma preponderância de poder no sistema internacional. Nenhum outro país possui um poderio econômico e militar comparável ao dos EUA. Mais, esta situação é única na história do mundo moderno” (MONTEIRO, 2008, p. 76), de forma que, para o autor, os EUA são uma “potência unipolar (...) sem reservas”, ainda hoje. Por outro lado, para o professor da Fundação Getúlio Vargas, Oliver Stuenkel:

Não há nenhum consenso na literatura acadêmica sobre a ordem global de hoje constituir ou não uma unipolaridade. Os Estados Unidos nunca tiveram completo, nem sequer ao final da Segunda Guerra Mundial, quando o PIB estadunidense

representava quase a metade da economia mundial.  
(STUENKEL, 2018, p. 70)

Outro fator importante que fortalece a tese da ordem unipolar é a preponderância dos EUA no âmbito das principais instituições internacionais, em especial as do sistema ONU, bem como o FMI e o Banco Mundial. Não só a posição hegemônica dos EUA no plano internacional reverbera nessas instituições, dando ao país a liderança em debates e na definição de agendas, como as próprias estruturas dessas organizações, fortemente influenciadas pela visão de mundo norte-americana no pós - Segunda Guerra, reproduzem valores liberais estadunidenses.

Sobre a origem dessa institucionalidade internacional, o diplomata português Bernardo Futscher Pereira afirma: "A diplomacia multilateral é a principal contribuição dos EUA para a gestão do sistema internacional. As Nações Unidas e antes a Sociedade das Nações são invenções americanas" (Ibidem, S/A). O domínio estadunidense sobre esse relevante corpo institucional, embora cada vez mais questionado nos dias atuais, como se verá em capítulos seguintes, não está apenas na origem de suas estruturas. Para Monteiro (2008):

Os EUA continuam a dominar as principais organizações internacionais – ONU, OMC, NATO – e a possuir capacidade retaliatória suficiente (quer econômica quer militar) para evitar que atos de resistência menores e esporádicos se consolidem numa tentativa séria de erradicar a preponderância de poder de que a América usufrui. (Ibidem, p. 78).

Embora, como demonstrado acima, existam no debate especializado questionamentos sobre a preponderância dos EUA constituir ou não uma ordem unipolar, é quase consensual a superioridade do país em relação aos demais Estados, em termos militares e econômicos, no fim da Guerra Fria. Sobre essa hegemonia estadunidense, Nuno Monteiro (2008) argumenta que: "nenhum país possui uma capacidade de projetar globalmente poderio militar comparável à dos EUA. Os EUA possuem, portanto, uma liberdade de ação incomparável – e frequentemente incontestada" (Ibidem, p. 76). Até mesmo Oliver Stuenkel (2018), crítico da visão de

unipolaridade do sistema, afirma que: “Se falarmos de poderio militar, são esmagadoramente dominantes, ainda quase superando a despesa militar de todo o resto do mundo combinado” (Ibidem, p. 72).

Porém, a unipolaridade estabelecida após o fim da Guerra Fria passa, na atualidade, por um processo de enfraquecimento. Embora Nuno Monteiro argumente que essa unipolaridade será duradoura, os autores Simon Reich e Richard Lebow defendem que a hegemonia norte-americana já terminou há décadas e tal ideia é hoje apenas “ficção propaganda para suportar um grande establishment de defesa, justificar afirmações americanas de liderança mundial e reforçar a autoestima de eleitores” (REICH e LEBOW apud STUENKEL, 2018, p. 71).

Na seção que segue, observar-se-á se, de fato, a ordem unipolar e a hegemonia estadunidense estão em xeque, quais os motivos desse deslocamento de poder no sistema internacional e qual a natureza polar da ordem que nasce - ou renasce. Para Stuenkel (2018), a ordem internacional que se fortalece será de caráter multipolar, e “o elemento-chave da multipolarização em curso é a ascensão da China” (Ibidem, p. 73).

### **2.3. Multipolaridade no mundo Pós-Occidental**

Embora uma pequena parte dos autores que debatem temas como hegemonia e polaridade da ordem global ainda argumentem a existência de uma ordem unipolar, como é o caso de Nuno Monteiro (2008), já é quase um consenso que a ascensão econômica das potências emergentes no início do século XXI, em especial da China, promoveu um deslocamento de poder no sentido da multipolaridade. Em seu livro “O Mundo Pós-Occidental: Potências Emergentes e a Nova Ordem Global”, obra que cumpre um papel bibliográfico e conceitual central para o presente tópico, o autor Oliver Stuenkel afirma:

Nas décadas passadas, testemunhamos um amplo processo econômico de multipolarização, um fenômeno multifacetado que inclui taxas mais altas de crescimento, sobretudo na África e

Ásia. Em seu Livro *Emerging Markets*, Ayhan Kose e Esward Prasad mostram que um grupo de economias emergentes (incluindo a China e a Índia) cresceu cerca de 600% desde 1960, em comparação com 300% do Ocidente. Ao longo das últimas décadas, escrevem elas, a participação dos “mercados emergentes” em PIB mundial e comércio quase dobrou. (STUENKEL, 2018, p.73).

Ainda sobre a multipolarização econômica, o autor aponta que não há mais uma ordem unipolar no mundo no que se refere a distribuição do poder econômico, “pois a parte dos EUA na economia global se situa em meros 14% (em 2018) e pode se esperar que decline ainda mais” (Ibidem, p.72), enquanto a China, “único país seriamente capaz de desafiar a ordem liberal liderada pelo Ocidente” (Ibidem, p.73) teve um crescimento do PIB de “quase 10% ao ano em média nos 35 anos desde que começou sua transição para uma economia de mercado” (Ibidem, p.73).

Para além das questões econômicas, outro fator de enfraquecimento da posição hegemônica dos EUA foi a ingerência do país em assuntos internacionais, o qual se colocou muitas vezes como uma espécie de polícia do mundo, contrariando normas e acordos internacionais. As invasões do Iraque (2003) e do Afeganistão (2001), empreendidas pela Casa Branca durante o governo de George W. Bush (2001 – 2009), à revelia da posição contrária de seus aliados e, no caso do Iraque, do que fora decidido no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, são os exemplos mais significativos dessa ingerência norte-americana. Tais incursões militares, que geraram grande mal-estar nos Estados vizinhos aos territórios ocupados, compuseram a chamada Guerra ao Terror empreendida pelos norte-americanos e marcaram um período da política externa do país baseado na busca da superioridade militar decisiva e capacidade de intervenção militar em toda a Eurásia, o que foi apontado pelo pesquisador Erik Herej Ribeiro (2015) como “Neoconservadorismo unilateral”:

O neoconservadorismo unilateral do governo de W. Bush teve como principais elementos o lançamento da Guerra ao Terror e a escolha de países párias pertencentes ao “eixo do mal” (Coreia do Norte, Irã, Iraque, Mianmar, Síria), que teriam em comum a

tiranias e uma suposta irracionalidade, que impediria a simples discussão por parte do Ocidente (NASSER; TEIXEIRA, 2010). Após o 11 de Setembro, o Afeganistão foi o primeiro escolhido para a ação militar exemplar, seguido em 2003 pelo Iraque de Saddam Hussein. A ocupação estadunidense nestes dois países aumentou o antiamericanismo e escancarou a debilidade da mudança de regimes à força (MEARSHEIMER, 2001, p. 21 – 22). (RIBEIRO, 2015, p. 6).

Mas a natureza da Ordem Global que nasce com a ascensão da China, em substituição à unipolaridade dos EUA, não é um consenso dentro do debate acadêmico. O autor Yan Xuetong (2020), do Instituto de Relações Internacionais Modernas da Universidade de Tsinghua, defende que esse sistema emergente seria de natureza bipolar, nos moldes da Guerra Fria, com a diferença de que, agora, o rival de Washington seria Pequim, e não mais Moscou. Já Barry Buzan (2010), da London School of Economics, por outro lado, defende que o deslocamento de poder alterará o sistema de 1 + X (EUA e os demais países) para 1 + 1 + X (EUA, China e os demais países). Contrariamente, Cui Liru (2012), do Instituto Taihe, defende que a ordem nascente será de caráter multipolar, como acreditam a maioria dos estudiosos do tema. Liru afirma que a mudança na ordem global segue dois aspectos principais: “redistribuição do poder e nações competindo por uma posição mais favorável por meio do desenvolvimento” (Ibidem, p. 1).

De uma perspectiva puramente material, é possível defender que a chegada da China à posição de potência global produza um mundo bipolar, uma vez que as capacidades materiais de Pequim e Washington são muito superiores às de outras potências menos expressivas, como a Rússia ou a Índia, por exemplo. William Thompson (2020), da Indiana University Bloomington, é um dos autores que defendem que o número de polos se define pela quantidade absoluta de poder que um país detém.

Essa visão de que a contagem dos polos de poder considere apenas os aspectos materiais é bastante criticada pela maioria dos analistas, pois uma capacidade material proeminente, *per se*, não significa uma capacidade de projeção global de poder.

Quando nosso escopo de consideração é estendido ao sistema mundial *in totum*, entretanto, a regra de caracterizar a configuração do poder internacional com base apenas na força inerente torna-se menos aplicável. O motivo é o seguinte: um país pode ser inerentemente poderoso e, ainda assim, manter seletivamente uma influência limitada sobre as principais localidades devido às particularidades de seu próprio ambiente geopolítico. Tal poder, então, não pode ser considerado um polo em nível global. (RUIZHI, 2012).

Portanto, levando-se em conta que o crescimento chinês tenha se concentrado em aspectos econômicos e materiais, ainda é cedo para afirmar que a China possui a capacidade de, com os EUA, configurar um sistema internacional bipolar, visto que sua capacidade de definição de agendas e de influenciar e projetar seu poder – especialmente militar – de forma significativa em várias regiões do globo, ainda são bastante reduzidas e inferiores à dos estadunidenses. Todos esses aspectos, somados ao fortalecimento econômico e político das potências emergentes nas últimas duas décadas, apontam para o surgimento, portanto, de uma ordem global multipolar, que será detalhada posteriormente.

O próprio regime chinês, reconhecendo as limitações do país, não somente aposta nessa natureza multipolar, como defende que essa seria uma ordem mais favorável a seus interesses. Na verdade, a diplomacia chinesa recente sempre se colocou bastante crítica a hegemonia, de forma geral. Isso é o que afirma Qu Xing, diretor do Instituto Chinês para Assuntos Internacionais:

A China nunca se prepara para ser uma potência hegemônica no mundo e não o fará no futuro. A China, na verdade, é incomparável aos Estados Unidos em muitos campos, como a força abrangente, a estrutura industrial e a qualidade da população. Além disso, a China nunca teve a intenção política de assumir a hegemonia global, mas apoiou um mundo multipolar. (XING, 2012).

Não apenas a China aposta no surgimento de um ordenamento internacional multipolar, mas também outras das chamadas potências emergentes, como Brasil e Rússia. D.A. Degterev (2019), da RUDN University, afirma que o conceito de multipolaridade passou de simples discurso político para ser utilizado em uma série de documentos oficiais: “A declaração Sino-Russa de 1997 neste contexto é o documento central. Seu título fala por si só - Declaração Conjunta da República da China e a Federação Russa em um Mundo Multipolar e o Estabelecimento de uma Nova Ordem Internacional.” (Ibidem, p. 407, tradução nossa). Já o ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim (2016), sobre a postura do país frente à multipolarização, explica: “A rigor, o que almeja é uma crescente multipolaridade com o sustentáculo jurídico-parlamentar do multilateralismo” (Ibidem, p. 6).

Portanto, tanto para boa parte dos estudiosos do tema como para os formuladores de Política Externa nacionais, em especial das potências emergentes, uma Ordem Global Multipolar já é uma realidade em construção. Assim, para se compreender de forma mais clara as características desse sistema internacional multipolar, observar-se-á 4 pontos centrais de transformação, com maior enfoque no caso chinês. São eles: os novos contornos da economia global; a cooperação Sul-Sul e novas formas de financiamento; a chamada institucionalidade paralela; e o novo paradigma de segurança internacional.

O deslocamento do poder econômico global que marcou as duas primeiras décadas do século XXI, acentuado pela ascensão das economias asiáticas e das chamadas potências emergentes, e tracionado pelo impressionante crescimento chinês, talvez seja o maior indicativo da posição de potência global ocupada hoje por Pequim e da existência de novos polos de poder em um mundo multipolarizado. O relatório “*Asian’s Future is Now*”, produzido pelo *McKinsey Global Institute (2019)*, traz dados macroeconômicos bastantes ilustrativos dessa ascensão asiática:

No ano 2000, a Ásia representava apenas 1/3 do PIB mundial (em termos de paridade de poder de compra), e hoje ela está a caminho de ultrapassar os 50% até 2040. Ao chegar nesse ponto, a expectativa é que ela venha a representar 40% do total do consumo global. (Ibidem, p. 3).

Especificamente acerca do crescimento da China no presente século – país cuja Política Externa será o objeto de análise central do próximo capítulo – pode-se afirmar que nenhum país apresentou índices de crescimento superiores, pelo menos, nos últimos 30 anos. Dados coletados pelo Banco Mundial (2021) apontam que, entre os anos 2000 e 2020, o PIB chinês passou de 1,2 trilhões de dólares para 14,7 trilhões, uma taxa de crescimento médio superior a 9% ao ano, fazendo com que o país alcançasse o posto de segunda maior economia global com a tendência de se tornar a primeira nas próximas décadas.

Para além dos países asiáticos, outras nações que constituem o chamado Sul Global apresentaram índices elevados de crescimento econômico nas duas primeiras décadas deste século. Dentre esses, destacam-se as potências emergentes que passaram a constituir o bloco do BRICS, como Brasil, Rússia, Índia e África do Sul - e China, já anteriormente compreendida. No artigo “Conheça os BRICS”, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2014), fruto 6.º Fórum Acadêmico do Brics, aponta-se que: “Entre 2003 e 2007, o crescimento dos quatro países (adesão da África do Sul apenas em 2011) representou 65% da expansão do PIB mundial. Em paridade de poder de compra, o PIB dos BRICS já supera hoje o dos EUA ou o da União Europeia”. Embora a análise de dados macroeconômicos não seja, por si só, suficientemente para medir o poder de uma nação, como afirma Stuenkel (2014), “O PIB (...) é o melhor substituto ou representante isolado para discutirmos deslocamentos de poder” (Ibidem, p. 74).

Outro fator marcante da multipolarização em curso e da cristalização da China na posição de superpotência é o fortalecimento da cooperação internacional nas duas últimas décadas. Isso, pois, durante o período de unipolaridade americana, as nações industrializadas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), lideradas pelos EUA, concentraram o papel de financiadoras do desenvolvimento do Sul-Global e impuseram aos países assistidos uma série de regras de conduta e de práticas econômicas interessantes aos credores.

Todavia, com a multipolarização, se viu crescer no cenário internacional a chamada cooperação Sul-Sul, isto é, a cooperação entre países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, possibilitado pelo crescimento econômico dos países do BRICS,

em especial da China, e por uma maior disponibilização de crédito por essas nações. Como argumenta a Pesquisadora Lídia Cabral (2013):

A importância crescente das nações emergentes no sistema global da cooperação para o desenvolvimento está amplamente documentada (Greenhill et al. 2013; Kharas e Rogerson 2012; Morazán et al. 2011; ECOSOC 2008; Woods 2008). Em particular, os designados BRIC assumem um significado cada vez maior não apenas como agentes de cooperação para o desenvolvimento, mas também como parceiros comerciais e fontes de investimento para os países de renda baixa. Um relatório do Fundo Monetário Internacional estima que 60% do impacto dos BRIC (excluindo a África do Sul) no crescimento dos países de renda baixa se deve ao comércio (Samake e Yang 2011: 18). (Ibidem, p. 4).

Tanto as novas dinâmicas econômicas quanto as de cooperação para o desenvolvimento, descritas brevemente acima, fazem parte de uma estratégia mais ampla dos países emergentes, principalmente de Pequim, para a criação, no campo das instituições internacionais, do que o Stuenkel (2018) denominou de ordem paralela, ou seja, de um conjunto de organizações que cumpram funções semelhantes às instituições ocidentais clássicas, como a OCDE, o FMI e a OTAN, mas que não estejam submetidas ao domínio do Ocidente. Essa nova ordem institucional, defende Stuenkel (2018), está criando “uma estrutura paralela que reduzirá a reivindicação universal de várias instituições lideradas pelo ocidente” (Ibidem, p. 128).

Vale ressaltar que a constituição de um ordenamento institucional paralelo pelas potências emergentes não pressupõe uma desarticulação desses países em relação às instituições clássicas, como as que compõem o sistema ONU. A postura da China, grande articuladora e arquiteta da ordem institucional paralela, é um exemplo do que os novos polos do poder mundial ambicionam: um fortalecimento dessas novas instituições, mais abertas a expressão – e até ao domínio – de interesses não-Ocidentais, o aumento de suas capacidades de barganha e das pressões por reformas no âmbito das instituições clássicas do sistema liberal.

Assim, a postura da China em face a ordem existente não é abertamente agressiva. A maioria das instituições que ela implementa é complementar ou paralela às existentes, e raras vezes impõem desafios frontais. (...) Um dos principais objetivos de estabelecer estruturas paralelas é aumentar lentamente a autonomia estratégica e reduzir a dependência da China de estruturas controladas pelo Ocidente. (STUENKEL, 2018, p. 128).

No campo da segurança internacional, especificamente a ascensão do poder e da influência da China exige do país uma nova postura em relação à segurança regional e global, para manutenção e garantia de seus interesses, bem como para a limitação da presença e atuação de países ocidentais, especialmente dos EUA, em sua vizinhança. Nesse sentido, seguindo a lógica da institucionalidade paralela, Pequim atuou para o estabelecimento de novos paradigmas no campo da segurança regional da Ásia.

O maior e mais concreto exemplo da iniciativa chinesa em estabelecer novas dinâmicas institucionais de segurança e governança na Ásia foi a criação da Organização para a Cooperação de Xangai, em 1996, instituição que reúne parte significativa dos países da Europa, especialmente da Ásia Central. Sobre os objetivos dessa organização, Oliver Stuenkel (2018) ressalta que:

Em 2014, Xi Jinping usou a cúpula de Xangai como plataforma para expor sua visão mais ampla, intitulada “Unidos e harmonizados os países da Ásia se movem juntos para o futuro”. (...) Numa referência direta à presença dos EUA na região, o presidente chinês evocou a necessidade da criação de uma “nova arquitetura de segurança” e sustentou que “os problemas asiáticos devem ser resolvidos pelos asiáticos”. (Ibidem, p. 165).

Dessa forma, uma vez debatidos aqui, no capítulo 1.<sup>o</sup>, os conceitos de unipolaridade, bipolaridade e multipolaridade da ordem internacional, os períodos históricos em que

prevaleceram cada um desses ordenamentos, bem como suas principais características, se dará seguimento, nos capítulos seguintes, a debates sobre objetos de análise mais delimitados.

No capítulo 2, analisar-se-á a Política Externa chinesa no século XXI, especialmente nos governos Hu Jintao (2003 - 2013) e Xi Jinping (2013 - presente). Para tal, se dará maior enfoque nas ações do país no sentido da construção da multipolaridade, especialmente nos campos da institucionalidade paralela e da segurança regional, assuntos já superficialmente trabalhados até aqui.

Já no capítulo 3, utilizando-se do debate iniciado no capítulo anterior sobre segurança regional, se observará de forma mais específica a estrutura, as dinâmicas de poder, capacidades e desafios da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), principal iniciativa institucional de Pequim no campo da segurança que já conta com a adesão de 9 membros, 9 parceiros de diálogo, 3 observadores e 4 convidados.

### **3. Política Externa Chinesa: Bases Históricas e a Expressões no Século XXI**

Desde o processo de abertura econômica da China promovida por Deng Xiaoping a partir do ano de 1976 – mudança na política econômica do país que dá início ao seu acentuado desenvolvimento e sua ascensão ao posto de potência global – a Política Externa Chinesa adotou uma postura discreta, não confrontativa e pouco ativa na defesa de seus interesses no plano internacional. Porém, esse comportamento passa por importantes transformações desde o início do século XXI, tornando-se, no governo de Hu Jintao (2004 - 2012), mais ativa na defesa da multipolaridade e dos interesses de Pequim, e finalmente, mais inclinada a um papel de liderança do mundo multipolar no governo de Xi Jinping (2012 - atualmente). Este capítulo pretende discutir as transformações da Política Externa Chinesa no século XII, compreendendo suas bases históricas e ressaltando suas características e transformações durante os mandatos de Hu Jintao e Xi Jinping, com atenção especial aos processos de multipolarização e de construção de uma ordem institucional paralela.

Em termos abrangentes, a primeira expressão de Política Externa da República Popular China – idealizada por Mao Zedong e levada a cabo durante o período em

que esteve à frente do país (1949 - 1976) – se baseava nos chamados 5 Princípios da Coexistência Pacífica (1950), ideal que defendia uma posição de soberania em relação às potências estrangeiras e prefigura um retorno da China ao centro da política internacional, superando o legado do chamado Século da Humilhação. Sobre os 5 Princípios, Carmen Amado Mendes (2011) afirma: “Na prática, os governantes chineses exigem aos líderes das outras potências um tratamento de igual para igual e enquadram as relações com os países do dito Sul numa lógica de reciprocidade” (Ibidem, p. 354).

Posteriormente, no período em que o país esteve sob a liderança de Deng Xiaoping (1978 - 1992), a Política Externa da China, ainda que influenciada pelos 5 Princípios da Coexistência Pacífica, passou a adotar uma postura mais discreta no plano internacional e menos confrontativa à ordem de poder vigente. Tal transformação se dá em meio ao processo de abertura econômica promovida por Xiaoping, em um momento histórico marcado pela queda da URSS, pelo fim das bases bipolares do sistema internacional e pela ascensão da unipolaridade americana.

Dessa forma, para responder às transformações da ordem global e evitar que a China herdasse a oposição americana à URSS, além de garantir a continuidade das reformas de abertura econômica que estavam sendo implementadas, Deng Xiaoping formulou uma Política Externa baseada em suas “declarações de 24 caracteres” (JUNIOR, 2013, p. 134), que pregavam para a atuação de Pequim no mundo:

Observe cuidadosamente, assegure nossa posição, lide com os assuntos calmamente, esconda nossas capacidades e tenha paciência: seja bom em manter a discrição, nunca proclame liderança. Tropas inimigas estão além dos muros. São mais fortes que nós. Devemos ficar principalmente na defensiva. (DENG apud KISSINGER, 2011, p.422). (JUNIOR, 2013, p. 134).

Por um lado, a Política Externa chinesa da administração Xiaoping pode ser entendida como menos engajada em assuntos externos, como argumentam criticamente ZHENG e TOK (2007) em: “as ideias de Deng Xiaoping (...) pintavam a

China como um participante passivo nos assuntos mundiais” (Ibidem, pg. 4, tradução nossa). Mas, por outro lado, foi nesse período que se criaram as bases para a inserção internacional de Pequim – tanto do ponto de vista econômico quanto institucional – que permitiram a adoção de posturas internacionais mais ativas por governos posteriores, como defende Felipe Augusto Heiermann (2022):

A Era Deng foi responsável pela reforma econômica e abertura da China, o que em última instância acelerou muito a integração do país ao mundo (NIU, 2018). Durante sua administração, a China começou a trilhar o caminho para se juntar às mais variadas Organizações Internacionais (OIs), especialmente a ONU. No entanto, apesar desse impulso inicial no sistema onusiano, o país em geral manteve um perfil relativamente baixo e envolvimento limitado nos assuntos internacionais. Isso pode ser explicado pela própria situação doméstica e internacional que a China enfrentava nos anos 1980 e 1990. As sanções ocidentais pós-Tiananmen deixaram pouco espaço para o país conduzir sua política externa (NIU, 2018), o que levou Deng a “manter a discrição” e “evitar confrontos” (TAIPING, 1996, p. 7). (Ibidem, p. 7).

Apesar da diferença entre as estratégias adotadas, é evidente que os formuladores de política externa de Pequim do século XX sempre objetivaram o desenvolvimento do país e sua recolocação – imediata ou futura – no tabuleiro global. Nesse contexto, os Princípios da Coexistência Pacífica e as Declarações de 24 Caracteres são as principais bases conceituais e teóricas para a compreensão das políticas adotadas pelos governos de Hu Jintao e Xi Jinping e de suas ambições multipolares para o século XXI, como se constata a seguir.

### 3.1. Política Externa Chinesa no Período Hu Jintao

O governo de Hu Jintao (2003 - 2013) foi o primeiro à frente da República Popular da China a ter início após os anos 2000 e, portanto, o primeiro a começar um governo no contexto de estabelecimento da ordem global multipolar que marca o início do século XXI. Sendo a China a maior força motora desse processo de multipolarização, o governo Jintao precisou – e logrou êxito em – combinar a manutenção de altas taxas de crescimento econômico com a defesa de uma nova postura do país no tabuleiro internacional.

Para a combinação desses dois objetivos, que encaminharam o país para a posição de potência global, a Política Externa Chinesa adotou como norte o conceito de “Desenvolvimento Pacífico”. Segundo Documento Oficial do Office of the State Council (2011), esse modelo de Política Externa tem o seguinte objetivo:

A China deve se desenvolver sempre buscando e contribuindo para a paz mundial através do seu desenvolvimento; A China também deve se abrir e aprender com os demais Estados do Sistema Internacional; Deve buscar benefícios mútuos e desenvolvimento comum com os outros Estados do Sistema Internacional. (OFFICE OF THE STATE COUNCIL, 2011 apud JUNIOR, 2013, p. 135).

Como fica claro no trecho destacado, além de defender a continuidade do desenvolvimento chinês em um ambiente internacional pacífico, de respeito à soberania e de não interferência estrangeira em assuntos internos, objetivos que remetem aos 5 Princípios da Coexistência Pacífica de Mao Zedong, o governo de Hu Jintao adotou uma postura de “se abrir e aprender com os demais Estados do Sistema Internacional”, que, segundo Márcio José Oliveira Júnior (2013), deriva das “declarações de a 24 caracteres”, bases da Política Externa desenvolvidas por Xiaoping:

Esta base é fundamental para o surgimento do conceito de Desenvolvimento Pacífico, construída de modo mais palpável durante o governo de Hu Jintao (胡锦涛) que ficou à frente do PCC de 2003 até 2013 e desenvolveu as práticas do reformismo implementadas pelo governo de Xiaoping. O termo de Hu pode ser considerado como um governo de continuação do ideário almejado por Deng. (Ibidem, p. 135).

Portanto, pode-se afirmar, em síntese, que a Política Externa do governo de Hu Jintao representou a continuidade de ideias tradicionais do pensamento político chinês, em especial da postura mais discreta e aberta nas relações internacionais, característica da gestão Xiaoping. Tal escolha de P.E garantiu, no plano internacional, a continuidade do desenvolvimento econômico chinês e das relações do país com seus parceiros de negócios, o que se refletiu, de acordo com dados do Banco Mundial (2021), em uma taxa média de crescimento do PIB chinês de 10,56% entre os anos de 2003 e 2012, passando, em valores nominais, de 1,66 trilhões de dólares, no início desse período, para 9,57 trilhões no final dele.

Com isso, nota-se que a estratégia do Desenvolvimento Pacífico entendia que uma postura menos confrontativa de Pequim à ordem global vigente, liderada pelos EUA, seria a melhor forma de garantir a continuidade do desenvolvimento do país, com altas taxas de crescimento do PIB, e a sua elevação à condição de potência mundial, o que se concretiza com a chegada da China ao posto de segunda maior economia do planeta em 2010. O reconhecimento da multipolarização da ordem global que acompanha a ascensão da China pela Política Externa do país fica claro no discurso de Hu Jintao para o 17º Congresso do Partido Comunista Chinês em 2007:

O mundo hoje está passando por mudanças tremendas. Paz e desenvolvimento permanecem como temas centrais dos dias presentes e a busca pela paz, desenvolvimento e cooperação se tornaram tendências irresistíveis deste tempo. A evolução a um mundo multipolar é irreversível, a globalização econômica está se desenvolvendo em profundidade e revoluções científico-tecnológicas estão ganhando tração. Os países estão cada vez

mais interdependentes e, como consequência, cooperações globais e regionais ganham influência. O balanço internacional de poder está mudando a favor da manutenção de paz mundial e a situação geral internacional é estável. (HU, 2007, tradução nossa).

### **3.2. Política Externa Chinesa no Período Xi Jinping**

Já o mandato que se segue ao de Hu, o de Xi Jinping – que tem início no ano de 2013 e perdura até o presente, tendo ele sido reeleito para um terceiro mandato de 5 anos em 2022 – inicia-se em meio um contexto, tanto externo como interno, bastante distinto ao de seus predecessores. Esse cenário é marcado pela China já ocupando as posições de 2.<sup>o</sup> maior economia mundial e, inquestionavelmente, de potência global, além da acentuação da multipolarização da ordem mundial de forma geral, proporcionada não apenas pelo desenvolvimento chinês, mas também pelo de outras potências emergentes, como Brasil e Índia. Alexandre Carriço (2013) resume o processo de transformação da ordem global que antecede o governo Xi:

A crise financeira de 2008 enfraqueceu os Estados Unidos, fruto das contradições internas da sua visão económica neoliberal de small government, big society fundamentada numa fraca supervisão macroeconómica estatal. Segundo esta linha de raciocínio se a esta crise juntarmos o desgaste das guerras do Iraque e do Afeganistão e o impacto negativo que as mesmas tiveram no agravar do seu défice orçamental, a China estará a partir de agora numa posição mais benéfica para consolidar o seu desenvolvimento pacífico num mundo multipolar. (Ibidem, p. 5).

Para Carriço (2013), a resposta dos líderes chineses a esse contexto de consolidação do poder de Pequim no mundo se concentra em dois desafios, sendo o primeiro: “a necessidade de readaptar o seu discurso de Desenvolvimento Pacífico à continuidade da ascensão da China no seio de um sistema internacional que deseje

que seja estável e harmonioso” (Ibidem, p. 30); e o segundo: “a inevitabilidade de ter de tomar decisões tão claras quanto difíceis em termos de política externa” (Ibidem, p. 30). Ou seja, a ascensão da China ao quadro das potências globais impõe ao país a necessidade de reformular suas estratégias de inserção internacional.

A gestão Jinping, então, passou a adaptar a P.E.C ao novo contexto do tabuleiro internacional. Essa transformação marcou uma mudança de perspectiva do regime chinês em relação à forma como o país deveria se inserir no mundo, abandonando um perfil de Política Externa discreto e pouco engajado em temas internacionais que vigorava desde o período Deng Xiaoping e que foi, em grande medida, mantido pelas gestões que se seguiram, de Jiang Zemin (1989 - 2003) e de Hu Jintao (2004 - 2012).

Esse perfil discreto de Política Externa, apontado por Yan Xueton (2014) como a estratégia de “Manter o *Low Profile*”, teria dominado a estratégia chinesa por décadas: “Yan (2014) observa que durante a década de 1990, a estratégia não teria sofrido grandes desafios nem grandes questionamentos de acadêmicos chineses. A partir de 2002, porém, o conceito passa a enfrentar algumas divergências.” (MOURA, 2015). Portanto, com o aprofundamento da multipolarização global e da ascensão da China na primeira década do século XXI, “Manter o *Low Profile*”, então, teria formalmente deixado de ser a estratégia do governo com Xi Jinping” (Ibidem, p.33).

Essa análise é corroborada por Carriço (2013) em “A formulação de Xi no plano externo assemelha-se por enquanto a uma primeira tentativa de alteração da estratégia de preservação de um *low profile*”. (Ibidem, p. 30).

A abordagem de Política Externa promovida por Xi Jinping, dessa forma, tem como objetivo apresentar não mais uma China economicamente poderosa, porém pouco engajada na transformação da ordem global e pouco inclinada a posição de liderança, mas uma China potência, capaz de participar da governança internacional, de liderar o desenvolvimento da multipolaridade e de coordenar a cooperação Sul - Sul. Sobre a nova expressão da Política Externa Chinesa, Carriço (2013) afirma que, para seus formuladores, “o país deverá agora abandonar a sua Mentalidade de Vítima (Shouhaizhe Xintai) e exponenciar a Cultura do Dragão (Long Wenhua) assente na harmonia (hexie lun) e na possibilidade de existir simbiose no sistema internacional” (Ibidem, p. 5).

Essa “Cultura do Dragão” é elaborada em termos mais práticos no conceito de “*Striving for Achievement*”, que consiste, de acordo com Augusto Luna de Moura (2015), em uma estratégia que:

“Objetiva fazer mais amigos ao deixar que outros se beneficiem do crescimento da China” (YAN, 2014, p. 160, traduzido pelo autor). Essa abordagem implicaria também na China categorizar suas relações em quatro distintos tipos: pilares estratégicos (a exemplo de Rússia e Paquistão), Estados normais (exemplificados por Alemanha e Índia), competidores globais (apenas os Estados Unidos) e países hostis (como Japão e Filipinas). Essa classificação determinaria a maneira de como se posicionar frente a determinado país, havendo assim uma distinção clara em relação à estratégia anterior (Manter o *Low Profile*) de não diferenciar amigos e inimigos. (Ibidem, p. 31).

A iniciativa mais ilustrativa da nova abordagem de Pequim de fazer mais amigos talvez seja a chamada Nova Rota da Seda, apresentada inicialmente em 2013, que consiste, em termos gerais, na criação, pela China, de possibilidades de investimentos – em grandes volumes – e de cooperação com países parceiros, especialmente no campo da infraestrutura. Para Philippe Alexandre Junqueira (2021):

A Nova Rota da Seda expõe a maneira pela qual Pequim está adaptando a sua grande estratégia para moldar, de modo mais proativo, um ambiente externo que o ajude a enfrentar os seus desafios econômicos, diplomáticos, geopolíticos, ambientais – além de promover um sistema internacional mais multipolar. (Ibidem, p. 50).

Nota-se, dado todos esses fatores, que além de a Política Externa Chinesa do período ter se transformado em função da ascensão do país no plano global, as questões internacionais e a própria formulação da estratégia de política externa se tornaram centrais para o governo de Xi. Esse maior engajamento de Jinping nas

questões internacionais e na formulação da P.E.C é demonstrado pelo diplomata Jonas Marinho (2018): “O governo de Xi Jinping também atua para maior centralização e coordenação do processo decisório em temas de política externa. Em 21 de março de 2018, foi criada a Comissão Central de Relações Exteriores, presidida pelo mandatário.” (Ibidem, p.1). Com isso, conclui Heiermann (2022): “Xi Jinping deu muito mais atenção à política externa do que qualquer um de seus predecessores (WANG, 2019), elevando-a a um novo patamar de ‘grande diplomacia do país com características chinesas’ (HU, 2019).” (Ibidem, p. 4).

Vale ressaltar que a defesa da condição de potência da China bem como de seus novos interesses internacionais pelo governo Xi se dão, em paralelo, com a defesa de uma ordem global multipolar como a estruturação mais pacífica e mutuamente benéfica das relações de poder globais. Essa idealização fica clara no discurso de Xi Jinping na 70.<sup>a</sup> Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 2015:

O mundo está passando por um processo histórico de evolução acelerada: (...) paz; desenvolvimento e progresso serão poderosos o suficiente para penetrar as nuvens de guerra, pobreza e retrocesso. O movimento em direção a um mundo multipolar e a ascensão de mercados emergentes tornaram-se tendências irresistíveis da história. (XI, 2015, tradução nossa).

Em síntese, a Política Externa Chinesa desenvolvida por Xi Jinping tem como objetivos colocar o país no centro das dinâmicas globais de poder, garantir a manutenção do status econômico já construído, aprofundar o multilateralismo e as relações com outros Estados através do investimento direto e da cooperação, para por fim edificar uma posição de liderança de Pequim na ordem multipolar, levando o país a condição de potência global (MARINHO, 2018).

### **3.3. A China com Xi Jinping e as Instituições Internacionais**

Outro tópico relevante para se compreender os novos contornos mais ambiciosos da Política Externa Chinesa sob o mando de Xi Jinping é observar a atuação do país

no campo das instituições internacionais. Como se verá, essa atuação acontece a partir de dois movimentos centrais: um maior engajamento do país em instituições tradicionais e o estabelecimento de uma ordem institucional paralela.

A inserção da China no âmbito das instituições internacionais tradicionais, ou seja, aquelas ligadas ao sistema ONU e aos acordos de Bretton Woods, tem início no período Deng Xiaoping, que iniciou a abertura comercial chinesa. Porém, defende Heiermann (2022): “apesar desse impulso inicial no sistema onusiano, o país em geral manteve um perfil relativamente baixo e envolvimento limitado nos assuntos internacionais” (Ibidem, p. 7). Esse perfil de baixo envolvimento foi replicado pelos dois governos que se seguiram: “As administrações de Jiang Zemin e Hu Jintao (1992-2012), no mesmo caminho, mantiveram em grande medida a visão herdada de Deng e não alteraram profundamente a política externa da China (TIEN & CHU, 2000; SUISHENG, 2010)” (HEIERMANN, 2022, p.7).

A mudança promovida por Xi Jinping na P.E.C, adotando uma postura mais engajada e proativa, também se expressou no comportamento do país nas instituições internacionais tradicionais. A gestão Xi, então, tem buscado maior participação com direito de voto em órgãos econômicos como FMI e Banco Mundial (HEIERMANN, 2022, p.8), além de buscar a chefia das principais instituições do sistema ONU, de forma que, ao “se analisar as 17 agências (ligadas à organização), cinco são comandadas por chineses, ao passo que os EUA comandam apenas duas, e a Europa, quatro, o que evidencia essa estratégia chinesa e a maior influência no sistema onusiano” (Ibidem, p. 8).

Essa maior adesão e participação da China nas instituições internacionais faz parte de uma estratégia mais ampla de promover mudanças na ordem de poder global e aumentar a importância de Pequim nas tomadas de decisão, não a partir da oposição aos organismos tradicionais da ordem unipolar americana, mas sim a partir da integração e reforma dessas instituições.

A China seria, para o autor, uma potência “revisonista reformista”, na medida em que aceita as instituições da sociedade internacional, mas busca reformá-las (BUZAN, 2010, p. 18) de acordo com a nova distribuição de poder. (...) A China

busca aumentar sua influência política e prestígio por meio da participação ativa nas relações internacionais, o que não significa que o país busca confrontar a ordem existente (SCHWELLER & PU, 2011). (HEIERMANN, 2022, p. 6).

Além da adesão a essas instituições já estabelecidas e historicamente dominadas e estruturadas pelo Ocidente, a China vem atuando para a construção, no campo das instituições internacionais, de uma “estrutura paralela que reduzirá a reivindicação universal das várias instituições lideradas pelo Ocidente.” (STUENKEL, 2018, p. 128). Tal institucionalidade paralela consiste na criação de organizações multilaterais que não se limitem aos valores liberais e estruturas ocidentocentricas, pautadas em noções de respeito mútuo à soberania dos membros e em relações *win-win*, e mais abertas a liderança e aos interesses da China e de outras potências emergentes. Para Stuenkel (2018), “um dos principais objetivos de estabelecer estruturas paralelas é aumentar lentamente a autonomia estratégica e reduzir a dependência da China de estruturas controladas pelo Ocidente” (Ibidem, p. 128).

Portanto, a atuação chinesa nas instituições tradicionais, como as da ONU, e seu empenho na construção de uma ordem institucional paralela, correspondente a multipolaridade global e a posição de potência da China no século XII, não são estratégias concorrentes, mas complementares.

Pode-se esperar que os formuladores de política em Pequim (e em Déli e Brasília) continuem a investir em estruturas dominadas pelo Ocidente e pressionem por sua reforma. Ao mesmo tempo, contudo, eles expandirão redes discretas em muitas áreas diferentes, prontos para engajar aqueles que sentem que as instituições de hoje não logram em satisfazer suas necessidades, ou aqueles que buscam aumentar sua autonomia em relação aos EUA. (STUENKEL, 2018, p.128).

Carmen Amado Mendes (2011) argumenta que a ordem institucional paralela não apenas busca limitar a influência das nações ocidentais nas relações

internacionais de forma geral, mas também se concentra em áreas de atuação sensíveis: “Pequim não se limita a apelar ao reforço das instâncias multilaterais a nível mundial, como a ONU e a OMC, e dá um impulso significativo à criação de organismos de dimensão mais reduzida em áreas que considera de importância estratégica” (Ibidem, p. 353).

Algumas dessas iniciativas promovidas por Pequim – e suas áreas estratégicas – são: o Banco Asiático de Desenvolvimento e Infraestrutura (BAII) e Asean+3 – no campo das finanças e dos investimentos; a Área de Livre Comércio Ásia-Pacífico – na área comercial; o BRICS – na da diplomacia e cooperação; a iniciativa da Nova Rota da Seda – na área do investimento em infraestrutura, e, por fim, a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) – na segurança.

Essa última nova instituição, a Organização para a Cooperação de Xangai, será o objeto de análise do capítulo seguinte, com o objetivo de ilustrar ou exemplificar a categoria de instituições internacionais paralelas, além de compreender a atuação da China na organização, em um mundo multipolar no qual Pequim representa um dos mais significativos polos do poder mundial, ponto já amplamente debatido no presente texto.

#### **4. A Organização Para a Cooperação de Xangai**

A Organização para a Cooperação de Xangai é uma instituição regional criada em 2001, para a resolução de questões fronteiriças entre a China, Rússia, Cazaquistão, Tajiquistão e Quirguistão, grupo de países que ficou conhecido na época como Os 5 de Xangai. Além das questões fronteiriças, a organização tinha como seus objetivos iniciais o combate ao que se chamou de os 3 males: o extremismo, o terrorismo e o separatismo.

Desde sua fundação, a OCX esteve sob forte liderança de Pequim e Moscou, as duas maiores potências regionais da Eurásia, fator que se mantém mesmo após a adesão de países como a Índia e o Paquistão ao grupo de membros permanentes. A liderança sino-russa no âmbito da OCX marca o melhor momento da relação bilateral

entre os Estados desde a cisão sino-soviética na década de 1960, embora a rivalidade ainda se faça presente, porém, desta vez, de forma institucionalizada.

Tanto a configuração inicial de membros, que tinha um maior enfoque na região da Ásia Central, quanto os objetivos centrais da organização, sofreram mudanças com o passar dos anos. Hoje, a OCX conta com um total de 8 membros permanentes, sendo eles a China, a Rússia, o Cazaquistão, o Uzbequistão, o Tajiquistão, o Quirguistão, a Índia e o Paquistão, além de 4 membros observadores, o Irã, o Afeganistão, a Mongólia e a Bielorrússia, e mais 9 parceiros de diálogo, a Arábia Saudita, a Armênia, o Azerbaijão, o Camboja, o Catar, o Egito, o Nepal, Sri Lanka e a Turquia. Tal crescimento no número de membros tornou a OCX a maior organização regional do mundo, respondendo por mais de 70% do território da Eurásia, quase metade da população mundial e mais de 30% do PIB global (PAUTASSO e NOGARA, 2021).

O crescimento da Organização e de sua capacidade, de forma a extrapolar os moldes de sua criação, não são frutos de uma tendência natural, mas se justificam a partir de dois contextos específicos que elevam, ao longo dos anos seguintes, o grau de relevância da instituição. O primeiro contexto relevante é o da multipolarização da ordem global, marcada, como se constatou anteriormente, pela ascensão econômica da Ásia após os anos 2000, região que tem se tornado cada vez mais participativa no PIB global, sendo previsto que supere a participação somada de EUA e Europa a partir do ano de 2030, segundo o relatório *Global Trends 2030*, produzido pelo Conselho de Inteligência Nacional dos EUA (2012). Segundo Carmen Amado Mendes e Maria Raquel Filho (2008), "o aumento da importância estratégica da Ásia nas relações internacionais, permite este redesenhar geopolítico e levanta uma série de questões muito pertinentes quanto ao alcance das mudanças em curso." (Ibidem, p. 209).

O segundo contexto que colabora para a ascensão da OCX no plano regional emerge das já mencionadas invasões do Iraque (2003) e do Afeganistão (2001), empreendidas pelos EUA durante os anos de 2001 e 2009. A postura estadunidense nesse contexto – colocada por Ribeiro (2015) como “Neoconservadorismo Unilateral” – foi de contrariar regras internacionais, decisões multilaterais, e até mesmo a posição de seus aliados ocidentais, violando a soberania e a integridade territorial de seus adversários e interferindo na política interna dos mesmos.

As instituições multilaterais foram seletivamente ignoradas pelos estadunidenses nas últimas décadas. Por consequência, os países emergentes da periferia e semiperiferia buscaram não somente democratizar a ordem internacional vigente, mas também criar e reforçar suas próprias pontes regionais e inter-regionais, desconcentrando a governança global. (RIBEIRO, 2015, p. 8).

Portanto, a OCX se estabelece em um contexto de decadência da unipolaridade estadunidense e de ascensão da multipolaridade, destacando-se como uma instituição internacional paralela à ordem institucional tradicional. O presente capítulo se dedica a compreender as novas dinâmicas de Segurança na Ásia, centralizadas pela OCX, bem como as demais questões ligadas à instituição, e principalmente, os objetivos da China no âmbito da organização.

#### **4.1. Novas Dinâmicas de Segurança na Ásia**

Vários países da Ásia Central compuseram as chamadas Repúblicas Soviéticas e participaram do bloco socialista do mundo bipolar até 1991, quando conquistaram suas independências a partir da dissolução da URSS. Então, nasceram nessa região as repúblicas do Uzbequistão, Tajiquistão, Turcomenistão, Quirguistão e Cazaquistão, conhecidos atualmente por serem “Estados com economias e governos fracos, mas com grande quantidade de recursos naturais, principalmente petróleo e gás” (CHARIPOV e CHARIPOVA, 2011, p.144).

No pós-Guerra Fria, embora os EUA já estivessem assentados numa posição de potência hegemônica do sistema internacional, China e Rússia – os dois maiores países da Eurásia em termos territoriais, embora ainda economicamente enfraquecidos – “procuraram distender suas relações no pós-Guerra Fria, criando um espaço de influência conjunta na Ásia Central” (RIBEIRO, 2015, p. 2).

Mas após os ataques de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas, os EUA dão início a chamada Guerra ao Terror, com as invasões do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003), aumentando sua presença em partes da Ásia Central e Oriente Médio e reduzindo a influência de China e Rússia nesses territórios, dada às conjunturas de políticas interna e externa desses países há época. Ademais, segundo Erik Herejk Ribeiro (2015): “a invasão do Iraque em 2003 demonstrou o interesse dos EUA na remodelação (ou, nos termos de Mearsheimer, engenharia social) de Estados frágeis considerados como não democráticos (...)” (Ibidem, p. 2).

Nesse início de século XXI, embora a China já apresentasse taxas significativas de ascensão econômica, o país mantinha, desde a década de 1970, uma Política Externa direcionada pela estratégia do Desenvolvimento Pacífico, como abordado no capítulo anterior, de forma que não se opunha ativamente a tal avanço de Washington no hemisfério Oriental. Porém, com a crise da unipolaridade americana, a ascensão das potências emergentes, em especial da China, e a multipolarização da ordem global, temas amplamente discutidos no primeiro capítulo, Pequim passa se dedicar mais ativamente ao plano exterior, expressando uma Política Externa mais inclinada a constituição de relações multilaterais e mais assertiva na defesa de seus interesses, incluindo na região da Ásia Central.

Sobre o aumento da influência de diversos países na região, Rodrigo Charipov e Elena Charipova (2011) argumentam: “Atualmente, vários países tentam estender sua influência sobre essa região; os principais são China, Rússia, EUA, Índia, Irã, Paquistão e Turquia” (Ibidem, p. 144). Já acerca dessa dinâmica de multipolarização da Ásia central, Ribeiro (2015) defende que:

Ao longo dos anos 2000, enquanto os EUA estavam imersos nas duas guerras mais longas de sua história, emergiam competidores políticos e securitários. (...) Grandes Potências como China e Rússia e Potências Regionais como Irã já são capazes de, na esfera das operações, criar Zonas Contestadas, onde a vitória estadunidense passou a ser incerta (POSEN, 2003). Sua intenção não era competir com o vasto poder americano, mas criar estratégias assimétricas de autodefesa. (RIBEIRO, 2015, p. 8).

Embora mais ativa na defesa de seus interesses no plano internacional do século XXI, a Política Externa da China, tradicionalmente caracterizada pela defesa do multilateralismo e do Desenvolvimento Pacífico, não confronta de forma agressiva a posição dos EUA no plano internacional (STUENKEL, 2018, p. 128), o que vale também para o presente exemplo da Ásia Central. Então, a forma adotada por Pequim – juntamente com Moscou e outros aliados – para balancear a presença de Washington na região foi a constituição da Organização para Cooperação de Xangai em 2001, uma das instituições que compõem o que Oliver Stuenkel (2018) denominou de Ordem Institucional Paralela, organizações que objetivam “aumentar lentamente a autonomia estratégica” e “engajar aqueles que sentem que as instituições de hoje não logram satisfazer suas necessidades, ou aqueles que buscam aumentar sua autonomia em relação aos EUA” (Ibidem, p.128).

Então, a Organização Cooperação de Xangai, nesse contexto, fortalece a presença e influência da China – e de outros membros, como a Rússia – na Ásia Central, com o intuito de contrabalançar o poder estadunidense na região (MENDES, 2008, p. 238). Porém, atuação da OCX na região não se resume à dinâmicas de segurança para as quais foi criada: como se verá em seções seguintes, ao longo do tempo, a instituição passou a tratar de temas como da cooperação para o desenvolvimento, tópico central para Pequim, além de propor uma nova forma de gestão governança regional e de relação entre os Estados-membros. Uma das contribuições da OCX para a governança regional foi a adoção do chamado Espírito de Xangai, que se opõe a forma de governança característica dos EUA, como destaca Ribeiro (2015):

O conteúdo ético da OCX (o Espírito de Xangai) se opõe a forma como a hegemonia estadunidense vem sendo conduzida após o término da Guerra Fria. Primeiramente, através da promoção de diferentes normas e princípios entre seus membros e, concomitantemente, no discurso externo de promoção de igualdade de soberania, da multipolaridade e da rejeição do uso unilateral da força. (Ibidem, p. 15).

A seção seguinte discutirá de forma mais aprofundada o ideal do Espírito de Xangai e sua aplicação prática no âmbito da Organização para Cooperação de Xangai. Levando-se em consideração que a China constitui o membro de maior relevância da instituição, inclusive em sua arquitetura e constituição normativa, analisar-se-á a influência no Espírito de Xangai dos já debatidos 5 Princípios da Coexistência Pacífica, idealizados por Mao Zedong em 1950.

#### **4.2. O Princípio da Não Intervenção**

Buscando se diferenciar do *modus operandi* de segurança dos Estados Unidos da América e se aproveitando da crise do Neoconservadorismo Unilateral norte-americano acima citada que a Organização para a Cooperação de Xangai desenvolveu o chamado Espírito de Xangai, um conjunto de princípios que, de acordo com Mendes e Filho (2008), “baseia-se em princípios de confiança mútua, procura de benefícios conjuntos, igualdade entre os seus membros e respeito pela diversidade, passando pela promoção da cooperação de segurança e assuntos militares, tendo por principal objetivo tornar-se um bloco militar regional de relevo”. O mais significativo ponto desse Espírito é o princípio da não intervenção em assuntos internos dos Estados-membros, o que é tido por muitos como uma forma de blindagem dos países contra as não raras acusações de violação dos Direitos Humanos que lhes são imputadas.

O chamado Espírito de Xangai, conjunto de princípios norteadores da OCX, determina o princípio da não intervenção em assuntos internos dos países membros como ponto fundamental para a instituição. Defende-se que esse princípio teria o papel de garantir a soberania dos Estados, em oposição às ingerências cometidas pelos Estados Unidos durante as invasões do Iraque e do Afeganistão nos primeiros anos deste século.

Porém, muitos críticos afirmam que tal princípio, na verdade, teria como objetivo a proteção desses países em casos de violação dos Direitos Humanos bem como de seus regimes políticos, considerados, na maioria dos casos, como autocracias:

A OCX é frequentemente referida como o clube dos autocratas devido às poderosas ditaduras que o dominam. Há um elemento de verdade nesse apelido. Os membros da OCX adotaram o princípio de não interferência nos assuntos internos de outros estados para se protegerem das críticas externas de suas práticas políticas domésticas e do fracasso em cumprir as normas internacionais de direitos humanos. (STRNKI e SOKOLSKY, 2020, pg. 17).

Esse princípio de não intervenção, garantido pelo artigo 2.º da Carta da instituição, não apenas protege os regimes dos países considerados autocráticos, como também garante que esses governos tenham maior liberdade para reprimir grupos opositores e iniciativas separatistas. O problema do separatismo é comum a vários dos membros da organização, sendo o combate a movimentos dissidentes uma das prioridades da instituição desde sua criação, especialmente na região da Caxemira, na Índia, na da Chechênia, na Rússia e, principalmente, em Xinjiang, na China.

A província autônoma de Xinjiang, na qual a etnia Uigur, majoritariamente muçulmana, compõe quase metade da população, representa a maior preocupação chinesa em termos de grupos separatistas. A China já enfrentou duras acusações de violação dos Direitos Humanos desse grupo minoritário, principalmente por parte de atores ocidentais. Porém, de uma perspectiva regional, a OCX colaborou para uma aproximação da China com países muçulmanos da Ásia Central, que poderiam vir a colaborar com o movimento separatista Uigur, minando ainda mais esse grupo.

A SCO ajudou Pequim a garantir o apoio dos Estados membros para suas políticas na Região Autônoma Uigur de Xinjiang. A *Human Rights Watch* lista todos os países da SCO, exceto a Índia, como países preocupantes onde os solicitantes de asilo uigur da China estão sujeitos à pressão de Pequim, incluindo ameaças de serem deportados de volta para a China. (STRNKI e SOKOLSKY, 2020, p. 18).

Portanto, o princípio da não intervenção, defendido como garantidor da soberania dos Estados muitas vezes frente a relações institucionais assimétricas, pode também funcionar como uma blindagem regional que permite aos países-membros empreenderem políticas contra grupos específicos consideradas condenáveis por grande parte da análise internacional sem se preocuparem com maiores consequências. Por outro lado, o Espírito de Xangai propõe uma nova lógica de governança na Ásia, pautada em valores éticos como a defesa da soberania e da igualdade entre os membros, na multilateralidade e na multipolaridade, opondo-se, assim, a forma de governança unilateral e agressiva empreendida pelos EUA após a Guerra Fria.

Vale ressaltar que o chamado Espírito de Xangai, inicialmente articulado pela China no âmbito da organização, remete a ideias tradicionais da Política Externa Chinesa do século XX, especialmente aos chamados 5 Princípios da Coexistência Pacífica, formulados por Mao Tsé-Tung em 1950 e debatidos no capítulo anterior. Esse conjunto de Princípios já na metade do século XX defendiam, no campo das relações internacionais, os valores de respeito mútuo pela integridade e soberania territorial, não agressão mútua, não interferência mútua nos assuntos internos, Igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica.

Evidencia-se, então, a influência da China tanto na formulação das bases estruturais e ideológicas da OCX quanto na definição dos rumos da instituição. Na seção que segue, se analisará os objetivos principais da China no âmbito da OCX bem como a mudança de agenda da organização ao longo dos anos, o que, como se verá, se deu essencialmente por influência das mudanças de P.E por Pequim.

#### **4.3. Objetivos de Pequim na Organização para Cooperação de Xangai**

Desde a criação da Organização para a Cooperação de Xangai em 2001, a China sempre esteve no centro das dinâmicas internas da organização e, devido à sua preponderância econômica em relação aos demais membros, exerceu grande influência na definição da agenda institucional ao longo dos anos. Portanto, para se

compreender de forma mais aprofundada as questões relacionadas à OCX, faz-se necessário entender os objetivos centrais da P.E.C para a organização.

Como visto na seção anterior, o objetivo mais amplo da OCX nos campos da geopolítica e da segurança regional foi o de contrabalançar a presença estadunidense na Ásia Central, intensificada após o ano de 2001 com o início da Guerra ao Terror, além de se opor às ingerências norte-americanas na região. Tais objetivos estão em consonância com as transformações da ordem global que marcam o século XXI, de forma que colaboraram para um reposicionamento geopolítico de atores como Rússia e China à condição de potências que participam ativamente da governança regional e global.

Mas o aumento da presença chinesa na Ásia Central, por meio principalmente da OCX, não ambiciona apenas corresponder a multipolarização da ordem global, mas possui objetivos estratégicos territoriais mais definidos de defesa da integridade territorial. Carmen Amado Mendes (2008) argumenta que: “Para a China, a integridade territorial é atualmente o fator político, econômico e social prioritário. Apesar de não temerem uma invasão territorial, os líderes chineses estão cientes da delicadeza da questão” (Ibidem, p. 233). Charipov e Charipova (2011), sobre os objetivos geopolíticos da China na Ásia Central, concluem:

A Ásia Central é importante para a China do ponto de vista geopolítico, pois a manutenção da paz e a estabilização nessa região fronteiriça permitem à China concentrar esforços nos outros sentidos estratégicos, como, por exemplo, Taiwan. Para transformar a Ásia central em seu cinturão de segurança geopolítica, a China precisa, em primeiro lugar, acabar com disputas fronteiriças e manter a paz e a segurança nas fronteiras. (...) Por último, é necessário impedir a penetração na Ásia Central de qualquer Estado hostil à China. (Ibidem, p. 146).

Outro ponto de interesse chinês na Ásia Central, que se traduz na participação do país na OCX, é a questão energética. O acesso a fontes de energia, em especial dos combustíveis fósseis, é um fator central para a economia da China e para seu modelo baseado na atividade industrial, pois representa uma condição *sine qua non*

para a manutenção das altas taxas de crescimento que caracterizam o país desde a década de 1970. A importância da região para as questões energéticas chinesas é explicada por Charipov e Charipova (2011) em: “Atualmente 50% do petróleo consumido (na China) é importado e 70% dessa importação provém das regiões do Ocidente Médio e África’ (HAUSHEN, 2005), (...) duas regiões são conhecidas por instabilidades políticas.” (Ibidem, p. 147), o que faz com que Pequim busque diminuir sua dependência procurando novos parceiros.

A aproximação comercial de Pequim com os países da Ásia Central, detentores de grandes reservas de petróleo e gás, se dá também nesse sentido de diversificação das rotas de comércio energético, e a Organização para Cooperação de Xangai, portanto, se insere nesse contexto. Segundo Carmen Amado Mendes e Maria Raquel Filho (2008):

(...) a OCX fundou (em 2007) o “Clube Energético”. Trazendo a dimensão energética para a agenda da Organização, este clube procura funcionar não só como uma plataforma de envolvimento dos membros e observadores, mas também se abre a outros Estados, fato que é considerado inovador pela OCX. Com o objetivo de coordenar políticas, o clube inclui grande produtores, como a Rússia, o Cazaquistão e o Uzbequistão, bem como grandes consumidores como a China e a Índia, (...) de forma a garantir maior segurança energética. (Ibidem, p. 226).

Um último objetivo de Pequim expresso na sua atuação na OCX é o de transformar a organização em uma plataforma de cooperação regional que não se limite apenas a questões de segurança, funcionando em áreas como de investimento em infraestrutura, tendo a OCX começado “a lidar com questões econômicas, incluindo a potencial criação de um banco de desenvolvimento da OCX.” (STUENKEL, 2018, p. 167). Mendes e Filho (2008), sobre a transformação da OCX em uma plataforma também de caráter econômico, sustentam que:

Numa clara lógica de *soft power*, os líderes chineses usam o comércio, o investimento estrangeiro, o turismo, a educação e a

ajuda econômica, principalmente em países em desenvolvimento, e a Ásia Central não é exceção. Por exemplo, na Cimeira OCX de 2006, a China atribuiu à Ásia Central uma linha de crédito no valor de 900 milhões de dólares, nomeadamente para exportações chinesas. Os empréstimos chineses têm sido, igualmente, aplicados em projetos conjuntos dentro da OCX. (Ibidem, p. 212).

Esses diferentes objetivos de Pequim no âmbito da OCX se expressaram, ao longo dos anos, em momentos distintos da história da organização. Na sessão seguinte, se debaterá dois diferentes momentos históricos da Organização, as principais características de cada um deles e a influência da Política Externa Chinesa na mudança de paradigma institucional.

#### **4.4. OCX em Dois Momentos**

Como narrado nas sessões anteriores, a Organização para Cooperação de Xangai surge em 2001 com o objetivo declarado de resolver as questões fronteiriças entre os países da Eurásia e de atuar no campo da segurança da Ásia central. Porém, com o desenvolvimento e empoderamento da Organização e com a adesão de novos membros, a instituição passa por transformações em sua agenda, passando a lidar com temas de ordem econômica, por exemplo. São esses os dois diferentes momentos que marcam a história da OCX e que serão abordados na presente seção.

Entre os anos de 2001 e 2014, a OCX se limitou a participação apenas de seus membros fundadores, os chamados 5 de Xangai – China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão – e o Uzbequistão. Nesse contexto, a nova instituição se concentrava especialmente em questões de segurança, como no combate dos chamados 3 males: o extremismo, o terrorismo e o separatismo. Além disso, buscava se opor às ingerências de Washington na região, a partir da promoção de uma governança mais multipolar, pautada no respeito mútuo, como defende Stuenkel (2018):

Em 2005, o grupo (OCX) solicitou que Washington estabelecesse um cronograma para a retirada de suas bases militares da Ásia Central. (...) Na cúpula de Dushanbe no ano de 2000 (dos 5 de Xangai), os membros acordaram em se opor a intervenções em assuntos internos de outros países sob o pretexto de humanitarismo e proteção dos direitos humanos, e apoiar seus esforços recíprocos de salvaguardar a independência nacional, a soberania, a integridade territorial e a estabilidade dos cinco países. (Ibidem, p. 167).

Do ponto de vista da Política Externa da China, a atuação da OCX – e dos 5 de Xangai, estrutura embrionária da Organização – nessa primeira fase da instituição estava em consonância com a política de Desenvolvimento Pacífico adotada pelo governo de Hu Jintao há época, já aprofundada no capítulo segundo do presente texto. Isso, pois, se pautava na construção de uma oposição não frontal à posição favorável dos EUA e na construção de liderança a partir da difusão de princípios positivos de governança regional, o chamado Espírito de Xangai.

Contudo, a partir do ano de 2015, a OCX entra em sua segunda fase, marcada pela expansão da instituição, tanto no sentido das temáticas compreendidas em seu escopo de atuação, quanto no número de membros. O evento que marca essa mudança de paradigma institucional é a 15.ª Cúpula da OCX, em julho de 2015, na qual:

Rússia e China concordaram em alinhar progressivamente a Rota da Seda/OBOR e a União Econômica Eurasiana. (...) Houve também uma discussão sobre a criação de um banco de desenvolvimento da OCX. No entanto, o grande acontecimento da cúpula foi o início do processo de adesão da Índia e do Paquistão como membros plenos. (RIBEIRO, 2015, p. 15).

Esse processo de expansão da OCX, concretizado com a adesão de Índia e Paquistão como membros permanentes em 2017, se dá em consonância com as

mudanças da Política Externa Chinesa promovidas pelo governo de Xi Jinping a partir de 2013, denominada no capítulo segundo como “*Striving for Achievement*”. Essa nova política chinesa, produzida na OCX, para Augusto Luna de Moura (2015), consiste em “fazer mais amigos ao deixar que outros se beneficiem do crescimento da China (...) em distinção clara em relação à estratégia anterior (Manter o *Low Profile*) de não diferenciar amigos e inimigos” (Ibidem. p. 28).

Portanto, argumenta-se que a transformação da P.E.C promovida por Xi Jinping também impactou no âmbito da OCX, fazendo com que a instituição buscasse se expandir e ganhar ainda mais relevância no cenário internacional enquanto uma instituição paralela aberta à liderança de Pequim e de outras potências emergentes. Mesmo que a expansão no número de membros interesse para os todos os países que compõem a organização, a transformação de suas estruturas em função de uma agenda econômica não é tida como consensual, como se verá na seção que segue.

#### **4.5. Disputas Internas da Organização**

Desde a fundação da Organização para Cooperação de Xangai, Rússia e China ocupam o papel de liderança da instituição, possuindo maior capacidade de definição de agenda, dada a superioridade militar e econômica desses países em comparação aos demais Estados-membros, essencialmente os membros mais antigos. Porém, a relação entre Pequim e Moscou no âmbito da OCX não se deu de forma absolutamente harmoniosa ou consonante, pois, essas duas potências regionais, tradicionalmente concorrentes, possuem visões distintas sobre o futuro da organização.

Para a Rússia, o enfoque central da organização deve ser as questões de segurança regional, nos moldes de seus objetivos fundacionais, de forma a estruturar uma organização que sirva de ferramenta geopolítica capaz de barrar a presença militar de forças ocidentais na Eurásia, como, por exemplo, da OTAN. A transformação da OCX em uma plataforma de cooperação econômica, ambicionada pela China, como se verá na sequência, não é do interesse russo, uma vez que o país já possui significativa influência na região da Ásia Central. Um possível aumento da presença

chinesa nessa região ou uma maior concessão de crédito chinês para os países ali localizados poderia representar uma perda de influência para Moscou.

A aceitação da Índia como membro permanente da instituição representou uma vitória para os interesses russos, uma vez que o país do Sul da Ásia possui o segundo maior exército, o sexto maior PIB do mundo e é o segundo que mais cresce em todo o planeta. Portanto, sua inclusão no quadro permanente da OCX, diluiu a preponderância chinesa dentro da instituição, cada vez mais acentuada, mesmo em relação à Rússia.

Pequim, por outro lado, possui ambições que vão além dos objetivos iniciais da instituição, tendo como prioridades a segurança energética, comercial e doméstica. A China deseja, como veremos em maiores detalhes nos próximos capítulos, transformar a OCX em uma plataforma que impulse a cooperação econômica e a integração regional, essencialmente através da concessão de crédito aos membros menos desenvolvidos do bloco, o que é de interesse dos países da Ásia Central, região prioritária para Moscou.

O relacionamento com Ásia Central tem dois aspectos importantes: aumentar o comércio entre países da região com o noroeste da China contribuiria para o desenvolvimento econômico dessa área chinesa, que hoje está muito distante das regiões mais desenvolvidas; e garantir a importação segura de petróleo e gás dos países da Ásia central. (CHARIPOV e CHARIPOVA, 2011, p. 147).

As diferentes perspectivas sobre o futuro da OCX dividem dois de seus principais membros, Rússia e China, concorrentes históricos desde a ruptura sino-soviética da década de 1960. Se por um lado a OCX funciona como um ambiente no qual essas rivalidades possam ser resolvidas de forma pacífica e institucionalizada, por outro, minam a efetividade das ações da organização:

O histórico de realizações da organização é insuficiente. Sua capacidade de promover a cooperação regional foi prejudicada

pela desconfiança entre os Estados membros e um desequilíbrio no poder econômico entre a China e a Rússia, seus principais membros fundadores. A importância da SCO se deve em grande parte à sua utilidade para Pequim e Moscou (e agora talvez para a Índia) como um mecanismo para gerenciar seus interesses concorrentes na Ásia Central. (STRNKI e SOKOLSKY, p.12).

#### **4.6. O Futuro da OCX**

A Organização para Cooperação de Xangai nasce a partir das transformações da ordem global no século XXI, já amplamente debatidas nesta análise, com os objetivos de combater os “3 Males”, bem como de reconfigurar as dinâmicas de segurança da Ásia Central, contrabalançando a preponderância dos EUA conquistada com a queda do Muro de Berlim.

Porém, através dos anos, a instituição tem ultrapassado suas delimitações iniciais, passando a se debruçar sobre temas de ordem econômica, de infraestrutura e de cooperação para o desenvolvimento. Além disso, a adesão de novos membros plenos – como Índia e Paquistão – de membros observadores – como Afeganistão e Irã, por exemplo – e de novos parceiros de diálogo – Turquia, Egito, Arábia Saudita e Catar, dentre outros – vem ampliando cada vez mais a extensão territorial da influência da organização.

Essa ampliação, temática e numérica, está em consonância com os objetivos de multipolarização e fortalecimento da posição de liderança de Pequim para o século XXI, expressos principalmente com as mudanças de Política Externa promovidas pelo governo de Xi Jinping a partir de 2013. Como se viu anteriormente, política de Xi representa uma nova fase da P.E.C, o que colabora para a transformação da OCX, como sustenta Ribeiro (2015), “a OCX pode estar entrando em uma nova fase, caracterizada pela incorporação de novos membros e pela expansão de seus objetivos” (Ibidem, p. 15).

Porém, como se constatou, a China não é a única força relevante no quadro da OCX capaz de atuar na definição de agendas. A Rússia, bem como outros membros em menor grau, também possui capacidade de influenciar a definição de agendas na

Organização, e tem mais interesse em fazer dela uma plataforma de segurança que questiona mais ativamente o poder dos EUA e de seus aliados, em oposição relativa ao projeto mais amplo ambicionado pela China.

Assim, estando a OCX em processo de transformação desde sua recente criação, mas especialmente após o ano de 2015, é possível que a organização continue a se transformar e a absorver novos membros plenos nos anos vindouros. Os contornos institucionais bem como a efetividade das ações do órgão dependerão do comportamento de seus membros, principalmente China e Rússia, de suas capacidades de definição de agendas, bem como da capacidade de balanceamento entre projetos distintos.

Por fim, enquanto perdurar a ordem multipolar contemporânea, caracterizada pelas relações multilaterais e pela ascensão econômica da Ásia, é esperado que a OCX ocupe posições cada vez mais centrais no plano internacional como uma instituição da ordem paralela central para a governança da segurança global e para a coordenação da cooperação para o desenvolvimento. O crescimento econômico chinês, significativamente superior ao de outras potências emergentes como a Rússia, provavelmente colocará Pequim em uma posição cada vez mais preponderante, inclusive no âmbito da OCX. Resta ao futuro mostrar se essa liderança de Pequim se manterá na defesa da multipolaridade e se as divergências entre membros da Organização serão devidamente contornadas.

## **5. Considerações Finais**

A partir das reflexões desenvolvidas nos capítulos um, dois e três, e com base na ampla bibliografia consultada, esta seção final apresenta as considerações conclusivas acerca dos temas abordados, que se dividem aqui em 4 argumentos centrais. São eles os que seguem.

Em primeiro lugar, entende-se que a ordem global passou por transformações de polaridade, ou seja, de concentração de poder pelos diversos agentes do sistema, durante toda a história das civilizações. No período compreendido entre a segunda metade do Século XX e as duas primeiras décadas do Século XXI, intervalo observado

nesta análise, não foi diferente: com o final da Segunda Guerra Mundial em 1945, o sistema internacional se estrutura a partir de uma lógica bipolar, com os EUA liderando o bloco capitalista e a URSS liderando o socialista. Porém, com a dissolução Soviética em 1991, dissolveram-se também as estruturas bipolares, criando um cenário de emergência de Washington à condição de potência global unipolar.

Mas, com a ascensão econômica da China e de outros países à posição de potências emergentes, somada ao desgaste do poder estadunidense nas guerras do Iraque e do Afeganistão, argumenta-se que emerge nesse início de Século XXI é uma ordem global de característica multipolar. Nesse cenário, diversas potências regionais possuem a capacidade de participar da governança global e de defender seus interesses no plano externo, de forma que a cooperação e o multilateralismo tornam-se características marcantes do período, embora EUA e China se apresentem como os mais relevantes *players* do sistema, concentrando maior parte do poder.

Em segundo lugar, argumenta-se que a China soube construir ao longo dos anos uma Política Externa que combinasse tradição e adaptação, transformando-se a partir das dinâmicas de mudança ordem global, mas mantendo bases teóricas e conceituais sólidas. Isso se expressa na estratégia do Desenvolvimento Pacífico adotada por Hu Jintao, que defendia a soberania do país – tradição iniciada com Mao Tsé-Tung – mas a partir de uma postura internacional discreta e não confrontativa – herança de Deng Xiaoping. Essa combinação de ideias muitas vezes compreendidas como dissonantes permitiu que a China mantivesse elevadas taxas de crescimento do PIB por quase 5 décadas, elevando o país à posição de segunda maior economia global em 2010.

Em um segundo momento, com a chegada de Xi Jinping ao governo, em 2013, em um cenário de concretização da multipolaridade global e da condição de potência de Pequim, a P.E.C passa por um processo de transformação. Essa nova expressão de P.E rejeita a condição passiva do Desenvolvimento Pacífico, optando por uma postura não de confrontação, mas de defesa mais ativa de seus interesses no plano internacional.

O terceiro argumento é que uma das características centrais da P.E adotada por Xi é uma maior dedicação à chamada ordem institucional paralela, um conjunto de instituições internacionais e regionais desvinculadas das instituições clássicas

ligadas à ONU e aos acordos de Bretton-Woods. Essas instituições paralelas constituem ambientes mais abertos à liderança de Pequim e às relações multilaterais, além de limitarem concentração de poder por países e instituições ocidentais.

Ressalta-se que a maior dedicação às instituições paralelas não pressupõe que a China irá se opor às instituições tradicionais. Pelo contrário, o envolvimento de Pequim na ONU, por exemplo, vem crescendo ao longo do tempo e constitui uma das prioridades chinesas no campo do multilateralismo. Portanto, o empenho na ordem paralela possui um caráter complementar.

A Organização para a Cooperação de Xangai é uma dessas instituições paralelas, desenvolvida inicialmente como uma plataforma de segurança regional e uma ferramenta de contrabalanceamento do poder norte-americano na Ásia Central. Porém, em 2015, já com Xi Jinping como mandante chinês, a Organização passa por um processo de expansão no número de membros e de reformulação de sua agenda temática. O quarto argumento é de que a OCX constitui uma das principais iniciativas de Pequim para garantir sua segurança regional e para promover a cooperação e a multipolaridade na Ásia.

Conclui-se, por fim, que a República Popular da China sempre se mostrou favorável a uma ordem global multipolar, mas passou a atuar de forma mais ativa para a construção desse ordenamento a partir do governo de Xi Jinping. As transformações empreendidas no âmbito da OCX são demonstrativas dessa postura mais ativa por Pequim, que tem conseguido emplacar na instituição uma agenda favorável a seus interesses. Portanto, a OCX pode ser compreendida como uma plataforma de construção da multipolaridade por Pequim, inicialmente limitada a temas securitários, mas progressivamente tornando-se um ambiente de aprofundamento da cooperação e do multilateralismo.

Resta saber se a P.E.C manterá as características atuais quando o país alcançar o posto de maior economia do planeta e como será sua atuação nas instituições paralelas que vem fortalecendo. Além disso, ressalta-se que o comportamento de outros atores nos anos vindouros, como de Rússia, Índia, Brasil e dos EUA, por exemplo, serão igualmente definidores das características da ordem global.

## 6. Bibliografia

AMORIM, Celso Luís Nunes. **Entre o desequilíbrio unipolar e a multipolaridade**: o Conselho de Segurança da ONU no período pós-Guerra Fria. Disponível em: <[http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/amorimdesequil\\_briounipolar.pdf/at\\_download/file](http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/amorimdesequil_briounipolar.pdf/at_download/file)>. Acesso em: 22 out. 2022.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. **Total GDP 1960 - 2021**. World Bank, July 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?locations=CN> . Acesso em: 18 out. 2022.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. **Total GDP Growth 1960 - 2021**. World Bank, July 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2021&locations=CN&start=1961> . Acesso em: 18 out. 2022.

BARRASS, G. **The Great Cold War**: A journey through the hall of mirrors. Stanford: Stanford University Press, 2009.

BUZAN, Barry. **China in International Society**: Is 'Peaceful Rise' Possible?. The Chinese Journal of International Politics, Oxford Academic, v. 3, ed. 1, 6 mar. 2010.

CABRAL, Lídia. **Multipolaridade hegemônica?**: Cenários para a cooperação para o desenvolvimento internacional e implicações para o Brasil. Textos Cindes , Rio de Janeiro, v. 37, p. 1, 6 nov. 2013. Disponível em: [http://cindesbrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/textos\\_cindes\\_37\\_-\\_multipolaridade\\_hegemnica.doc.pdf](http://cindesbrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/textos_cindes_37_-_multipolaridade_hegemnica.doc.pdf). Acesso em: 1 nov. 2022.

CARRIÇO, Alexandre. **Grande estratégia e o "sonho da China" de Xi Jinping**: "Desenvolvimento Pacífico" e "Mundo Harmonioso". China e a Política Internacional, [s. l.], p. 23 - 33, jun. 2013. Disponível em: [https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri38/n38a03.pdf](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri38/n38a03.pdf). Acesso em: 9 nov. 2022.

CHARIPOV, Rodrigo Borges Cardoso; CHARIPOVA, Elena. **Organização para Cooperação de Xangai**: Nova Ordem Geopolítica na Ásia. ., [s. l.], 2010/2011.

DE ALMEIDA, Paulo Roberto. **As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização.** In: *Relações Internacionais Dois Séculos de História: Entre a Ordem Bipolar e o Policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2001. v. 2, cap. 3, p. 91 - 169.

DE MOURA, Augusto Luna. **O “Chinese Dream” na Estratégia de Política Externa da China sob o Governo de Xi Jinping: percepções em textos e Discursos.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/158243/Monografia%20do%20Augusto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 nov. 2022.

DEGTEREV, D.A. (2019). **Multipolar World Order: Old Myths and New Realities.** *Vestnik RUDN. International Relations*, 19 (3), p. 404—419. DOI: 10.22363/2313-0660-2019-19-3-404-419.

DUARTE, Samuel; FIGUEIREDO, Cesar. **Um balanço político do fim da URSS: Crise e Colapso.** *Tensões Mundiais*, Fortaleza, ano 2017, v. 13, n. 25, p. 181 - 206, 28 dez. 2017.

HEIERMANN, Felipe Augusto. **A Política Externa da China sob Xi Jinping nas Nações Unidas: da Passividade à Proatividade nos Assuntos Internacionais.** *Revista Conjuntura Global*, [s. l.], v. 11, ed. 1, p. 1 - 19, 2022.

HORTA, Luiz. **Guerra Fria e Bipolaridade no Conselho de Segurança das Nações Unidas: entre conflitos e consensos.** Orientador: José Flávio Sombra Saraiva. 2013. 124 p. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA (Rio de Janeiro). 6º Fórum Acadêmico dos BRICS. **Conheça os BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.** In: *Conheça os BRICS*. [S. l.], 14 mar. 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 28 out. 2022.

JINPING, Xi. **Working Together to Forge a New Partnership of Win-win Cooperation and Create a Community of Shared Future for Mankind: President of the People’s Republic of China At the General Debate of the 70th Session of the UN**

General Assembly. New York: ONU News, 28 set. 2015. Disponível em: [https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/70/70\\_ZH\\_en.pdf](https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/70/70_ZH_en.pdf). Acesso em: 12 nov. 2022.

JINTAO, Hu. **Full text of Hu Jintao's report at 17th Party Congress**. Organ of the Central Committee of the Communist Party of China, 15 out. 2007. Disponível em: [https://www.csc.org.cn/upload/doc/full\\_text\\_of\\_hu\\_jintaos\\_report\\_at\\_17th\\_party\\_congress\\_\\_\\_qiushi\\_journal.pdf](https://www.csc.org.cn/upload/doc/full_text_of_hu_jintaos_report_at_17th_party_congress___qiushi_journal.pdf). Acesso em: 8 nov. 2022.

JUNIOR, Márcio José Oliveira. **As Raízes da Política Externa Chinesa: Perspectivas para a Inserção no Século XXI**. Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, Belo Horizonte, v. 12, ed. 24, p. 122 - 141, 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/index>. Acesso em: 1 nov. 2022.

JUNQUEIRA, Philippe Alexandre. **A Política Externa Chinesa de Xi Jinping: a contribuição da Iniciativa do Cinturão e Rota para a inserção internacional da China na Nova Era**. Orientador: Prof. Dr. Mauricio Santoro Rocha. 2021. 137 p. Tese (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/17096/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Philippe%20Alexandre%20Junqueira%20-%202021%20-%20Total.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

LIRU, Cui; XING, Qu; DINGL, Shen; WEI, Pan; SHULONG, Chu; NING, Fang. **Decade of change as global power shifts**. Global Times, [S. l.], 23 dez. 2012. Viewpoint.

LIRU, Cui. **What shifting US politics means for China**. China Daily, [s. l.], 5 jan. 2021

MARINHO, Jonas. **Principais novidades na Política Externa de Xi Jinping**. Ceire News, 7 ago. 2018. Disponível em: <https://ceiri.news/principais-novidades-na-politica-externa-de-xi-jinping/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE (USA). **Asia's Future is Now**. In: TONBY, Oliver; WOETZEL, Jonathan; CHOI, Wonsik; SEONG, Jeongmin; WANG, Patti. Asia's future is now. [S. l.]: McKinsey Global Institute, Jul 2019. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/asia-pacific/asias-future-is-now/pt-BR>. Acesso em: 19 out. 2022.

MENDES, Carmen Amado et al. República Popular da China. In: **Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. cap. 14, p. 339 - 358. Disponível em: [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/80777/1/2011\\_CAM\\_Pol\\_Ext\\_Ch\\_IMPR ENSA\\_UC\\_RFreira.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/80777/1/2011_CAM_Pol_Ext_Ch_IMPR ENSA_UC_RFreira.pdf). Acesso em: 1 nov. 2022.

MENDES, Carmen Amado; FILHO, Maria Raquel. **A Organização de Cooperação de Xangai como Instrumento Geopolítico Sino-Russo na Ásia Central**. In: **GEOPOLÍTICA: Derivações Semânticas da Geopolítica**. 2. ed. Portugal: Centro Português de Geopolítica, 2008. p. 207 - 235.

MENDES, Carmen Amado. **Política Externa Chinesa: Um Jogo em Vários Tabuleiros**. In: **REVISTA de Estudos Chineses: Derivações Semânticas da Geopolítica**. Portugal: Instituto Português de Sinologia, 2008. cap. 4, p. 231 - 242.

MONTEIRO, Nuno Peres, **“A Unipolaridade Americana”**, *Relações Internacionais*, nº19, 2008, p.73-87. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992008000200006](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992008000200006) &lng=pt tlng=pt

MORGENTHAU, H. **A Política entre as Nações**. Brasília: UNB, 2003.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL et al. **Global Trends 2030: Alternative Worlds**. Washington D.C: National Intelligence Council of United States of America, 2008. Disponível em: [https://www.dni.gov/files/documents/GlobalTrends\\_2030.pdf](https://www.dni.gov/files/documents/GlobalTrends_2030.pdf). Acesso em: 1 nov. 2022.

of Peace Research, v. 32, n. 3, p. 361-371, Agosto 1995.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago. **Cooperação de Xangai, elefante na sala do Ocidente**. São Paulo: Outras Palavras, 7 out. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerre/cooperacao-de-xangai-elefante-na-sala-do-ocidente/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PEREIRA, Bernardo Futscher. **Waltz Revisado**. Disponível em: [http://www.ipris.org/files/19/B\\_19\\_Waltz\\_revisitado.pdf](http://www.ipris.org/files/19/B_19_Waltz_revisitado.pdf). Acesso em: 8 nov. 2022.

R. THOMPSON, William. **Power Concentration in World Politics: The Political Economy of Systemic Leadership, Growth, and Conflict**. [S. l.: s. n.], 2020.

REICH, Simon; LEBOW, Richard. **Good-Bye Hegemony!**: Power and Influence in the Global System. 4. ed. Princeton: Princeton University Press, 2014. 190 p

RIBEIRO, Erik Herejk. **A Expansão da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX): Uma Coalizão Anti-Hegemônica?**. 1º Seminário Internacional de Ciência Política - Estado e Democracia em Mudanças no Século XXI (UFRGS), [S. l.], p. 1 - 22, 8 set. 2015.

RUIZHI, Pang. **China wants a multipolar world order. Can the world agree?**. Think China, [s. l.], v. jun, 2020.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Dois gigantes e um condomínio**: da Guerra Fria à coexistência pacífica (1947-1968). In: *Relações Internacionais Dois Séculos de História: Entre a Ordem Bipolar e o Policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2001. v. 2, cap. 1, p. 19 - 60.

SARTORI, G. **Concept Misformation in Comparative Politics**. *The American Political Science Review*, v. 64 n.4, p. 1033-1053, Dezembro 1970.

STRNK, Paul; SOKOLSKY, Richard. **Multipolarity in Practice**: Understanding Russia's Engagement With Regional Institutions. *Carnegie Endowment for International Peace*, [s. l.], 2020.

STUENKEL, Oliver. **O Mundo Pós-Occidental**: Potências Emergentes e a Nova Ordem Global. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 1 - 251.

VÄYRYNEN, R. **Bipolarity, Multipolarity and Domestic Political Systems**. *Journal*

WALTZ, K. The stability of a bipolar World. *American Academy of Art & Sciences*, MIT Press, v. 93, n. 3, p. 881-909, Summer 1964.

XUETONG, Yan. **Bipolar Rivalry in the Early Digital Age**. *The Chinese Journal of International Politics*, Oxford Academic, v. 13, ed. 3, 8 jun. 2020.

XUETONG, Yan. **From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement**. *The Chinese Journal of International Politics*, Oxford Academic, v. 7, n. 2, p. 153 - 158, 22 abr. 2014.

ZHENG, Yongnian; TOK, Sow Keat. **'Harmonious Society' and 'Harmonious World'**: China's Policy Discourse Under Hu Jintao. In: *Briefing Series : Issue 26*. [S.

l.]: University of Nottingham, 2007. Disponível em:  
<https://www.nottingham.ac.uk/iaps/documents/cpi/briefings/briefing-26-harmonious-society-and-harmonious-world.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.